

**Aula 00 - Profº Ricardo  
Torques**

*ADAB - Igualdade Racial e de Gênero  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Equipe Legislação Específica  
Estratégia Concursos, Ricardo  
Torques**

14 de Fevereiro de 2024

## Sumário

Constituição da República Federativa do Brasil (arts. 1º, 3º, 4º e 5º).....	2
Constituição do Estado da Bahia .....	31
Crime de Injúria .....	32
Questões Comentadas .....	33
Lista de questões.....	62
Gabarito.....	74



## DIREITOS HUMANOS PARA A ADAB

Iniciamos nosso Curso de Direitos Humanos em **teoria** e **questões**, voltado para o concurso da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB).

Vejamos a ementa do edital:

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1º, 3º, 4º e 5º). Constituição do Estado da Bahia, (Cap. XXIII "Do Negro"). Lei federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Lei federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor) e Lei federal nº 9.459, de 13 de maio de 1997 (Tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor). Decreto federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969 (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial). Decreto federal nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher). Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Código Penal Brasileiro (art. 140). Lei federal nº 2.889, de 1º de outubro de 1956 (Define e pune o Crime de Genocídio). Lei federal nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985 (Lei Caó).

Vamos falar um pouco sobre a nossa disciplina?

Trata-se de reformulação de um curso que temos trabalhado desde 2013, quando redigimos este material pela primeira vez. Desde então, acompanhamos provas de Direitos Humanos, percebendo a tendência de bancas, assuntos mais cobrados, novos conceitos doutrinários relevantes e a jurisprudência, nacional e internacional pertinente.

Assim, caso tenha estudado nossos cursos, notará que apresentamos vários pontos adicionais. Reduzimos alguns conteúdos e acrescentamos outros, segundo a evolução da cobrança da matéria em provas de concurso público.

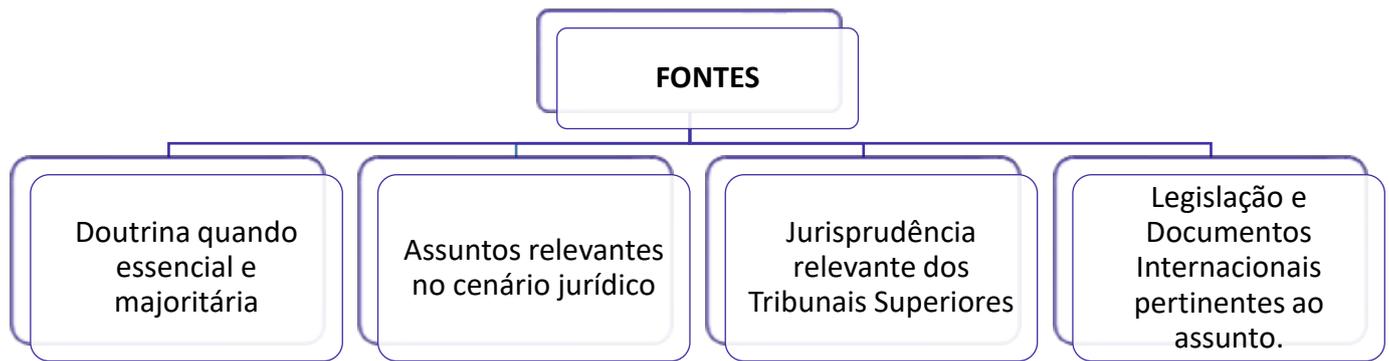
Confira, a seguir, com mais detalhes, nossa metodologia.

### Metodologia do Curso

Algumas constatações sobre a metodologia são importantes!

Podemos afirmar que as aulas levarão em consideração as seguintes “fontes”.





Para tornar o nosso estudo mais completo, é muito importante resolver questões anteriores para nos situarmos diante das possibilidades de cobrança. Traremos questões de todos os níveis.

Essas observações são importantes pois permitirão que possamos organizar o curso de modo focado, voltado para acertar questões objetivas e discursivas.

Esta é a nossa proposta!

Vistos alguns aspectos gerais da matéria, teçamos algumas considerações acerca da **metodologia de estudo**.

As aulas em *.pdf* tem por característica essencial a **didática**. Ao contrário do que encontraremos na doutrina especializada de Direitos Humanos (Flávia Piovesan e Augusto Cançado Trindade, para citarmos dois dos expoentes neste ramo), o curso todo se desenvolverá com uma leitura de fácil compreensão e assimilação.

Isso, contudo, não significa superficialidade. Pelo contrário, sempre que necessário e importante os assuntos serão aprofundados. A didática, entretanto, será fundamental para que diante do contingente de disciplinas, do trabalho, dos problemas e questões pessoais de cada aluno, possamos extrair o máximo de informações para a hora da prova.

Para tanto, o material será permeado de **esquemas, gráficos informativos, resumos, figuras**, tudo com a pretensão de “chamar atenção” para as informações que realmente importam.

Com essa estrutura e proposta pretendemos conferir segurança e tranquilidade para uma **preparação completa, sem necessidade de recurso a outros materiais didáticos**.

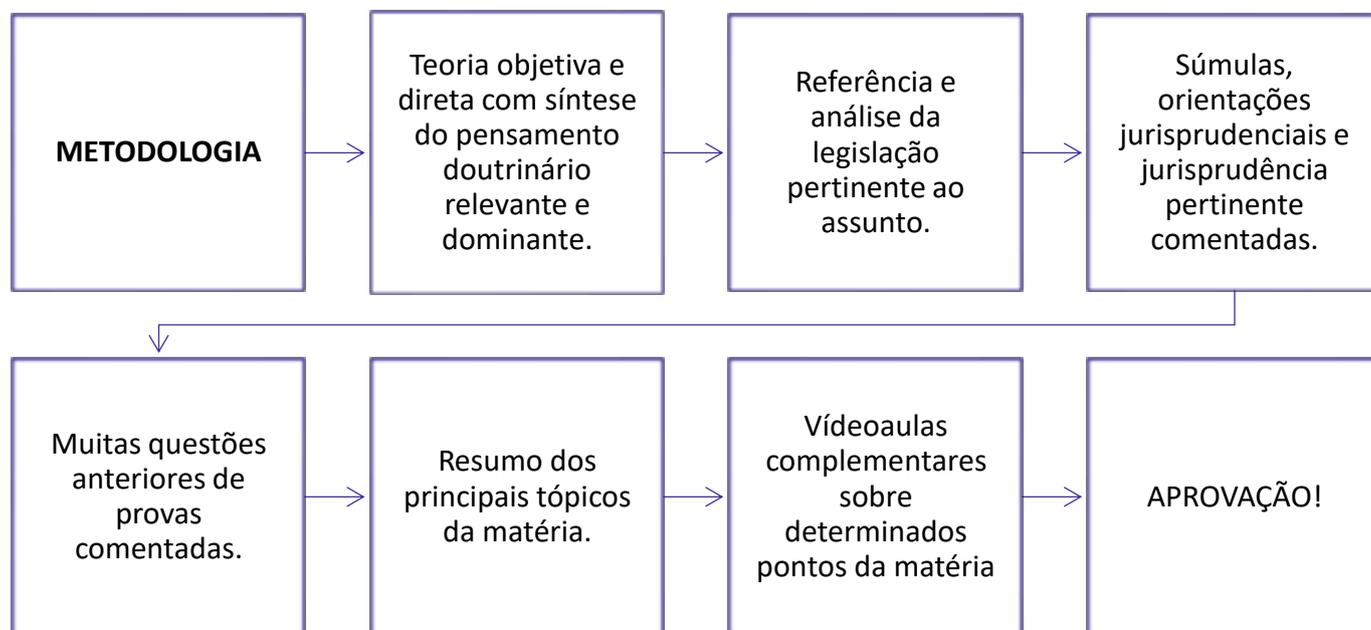
Finalmente, destaco que um dos instrumentos mais relevantes para o estudo em *.PDF* é o **contato direto e pessoal com o Professor**. Além do nosso **fórum de dúvidas**, estamos disponíveis por **e-mail** e, eventualmente, pelo **Facebook**. Aluno nosso não vai para a prova com dúvida! Por vezes, ao ler o material surgem incompreensões, dúvidas, curiosidades, nesses casos basta acessar o computador e nos escrever. Assim que possível respondemos a todas as dúvidas. É notável a evolução dos alunos que levam a sério a metodologia.

Além disso, teremos videoaulas! Essas aulas destinam-se a complementar a preparação. Quando estiver cansado do estudo ativo (leitura e resolução de questões) ou até mesmo para a revisão, abordaremos alguns pontos da matéria por intermédio dos vídeos. Com outra didática, você disporá de um conteúdo complementar para a sua preparação. Ao contrário do PDF, evidentemente, **AS VIDEOAULAS NÃO ATENDEM**



**A TODOS OS PONTOS QUE VAMOS ANALISAR NOS PDFS, NOSSOS MANUAIS ELETRÔNICOS.** Por vezes, haverá aulas com vários vídeos; outras que terão videoaulas apenas em parte do conteúdo; e outras, ainda, que não conterão vídeos. Nosso foco é, sempre, o estudo ativo!

Assim, cada aula será estruturada do seguinte modo:



### Apresentação Pessoal

Por fim, resta uma breve apresentação pessoal. Meu nome é Ricardo Strapasson Torques! Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual.

Estou envolvido com concurso público há 10 anos, aproximadamente, quando ainda na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1ª e 9ª Regiões.

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em *pdf*. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

**E-mail:** [rst.estrategia@gmail.com](mailto:rst.estrategia@gmail.com)

**Instagram:** @proftorques



## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ARTS. 1º, 3º, 4º E 5º)

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a norma fundamental, norma fundante do ordenamento jurídico brasileiro.

A Constituição de 1988 é fruto do exercício do Poder Constituinte Originário. Trata-se de norma inovadora, que rompeu com o paradigma constitucional anterior e deu origem a novo esquema jurídico fundamental.

De acordo com o art. 1º da Constituição, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

República é uma forma de governo. Na República, os seguintes parâmetros balizam a atividade governamental:

**I – representatividade:** os governantes são representantes do povo, devendo guiar a coisa pública com a intenção de promover os interesses do povo;

**II – temporariedade:** os governantes ocupam o cargo de forma temporária, forma de ocupação de cargo que se conhece como mandato;

**III – eletividade:** os governantes são eleitos pelo povo, ou seja, são escolhidos por meio de procedimento de captação da opinião popular; e

**IV – responsabilidade:** os governantes são responsáveis pelos seus atos como agentes do povo. Os governantes devem prestar contas das suas atividades.

A República pressupõe também que exista espaço público de debate de ideias em que haja ampla participação dos diversos interesses que manifestam em sociedade.

O Brasil é uma República Federativa. Federativa indica que a forma de Estado é federada. Na Federação, existem instâncias estatais que são autônomas entre si, mas é vedada a secessão, a desagregação da unidade. A unidade é representada pela União, enquanto as unidades locais são representadas por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Apenas a União é dotada de soberania, que é o poder de representar a República perante outros países. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são dotados de autonomia nos termos da Constituição Federal.

Como forma de garantia da integridade nacional, é possível a intervenção nos entes locais que tentem se separar da União.

Essa união federada se constitui em Estado Democrático de Direito.



Estado é uma organização burocrática da sociedade que executa procedimentos legítimos de ordenação da sociedade, com possibilidade de uso da força em caso de oposição.

Estado Democrático é o Estado cujos procedimentos de atuação contam com a participação e a intervenção popular.

Estado Democrático de Direitos é o Estado Democrático que reconhece um rol de direitos fundamentais que constituem núcleo fundamental da pessoa humana, núcleo que não pode ser objeto de interferência estatal.

Podemos sintetizar o *caput* do art. 1º da seguinte forma:

Os entes federados, conduzidos de forma republicana, exercem a capacidade estatal por meio de procedimentos democráticos em que são reconhecidos alguns direitos fundamentais que não podem ser objeto de intervenção.

Prevê o dispositivo, ainda, os fundamentos dessa organização nacional. Fundamentos são aqueles fatores sociais que, impostos à consciência pública, são reconhecidos como origem da instituição dessa organização.

Os fundamentos reconhecidos pela Constituição são os seguintes:

I - a soberania;

Soberania é o poder político supremo e independente com poder de conduzir os negócios nacionais.

A soberania é um poder supremo porque não há outro que lhe possa limitar, que possa afastar a sua incidência, no âmbito nacional.

A soberania é independente porque ela se exerce por meio de procedimentos dos quais não participam qualquer poder estrangeiro.

A soberania tem um aspecto externo, que é a capacidade de representar o povo brasileiro perante outras nações.

Também tem um aspecto interno, que é a capacidade de delimitar o que constitui ou não direito para a nação brasileira.

II - a cidadania;

Cidadania é o reconhecimento da capacidade de participação política dos indivíduos, capacidade de intervir nos negócios dos Estados.

III - a dignidade da pessoa humana;

O reconhecimento da dignidade da pessoa humana é o reconhecimento da existência de uma esfera pessoal que protege cada pessoa contra qualquer tipo de intervenção.



O indivíduo é o fundamento e o limite do poder público. O poder público usurpava poder que não lhe é conferido caso agisse de modo a prejudicar a dignidade humana.

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Reconhece os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa significa que o Estado não deve conceder privilégios econômicos destituídos de fundamentação.

O trabalho é o meio fundamental de acesso ao mínimo existencial posto à disposição dos cidadãos. Trata-se de forma de sustento próprio que é amparada pela autonomia individual.

Liberdade de iniciativa é a liberdade de instituir formas de organização de fatores produtivos com a finalidade de levar a cabo uma atividade econômica. A livre iniciativa é a forma básica de atividade econômica e, tratando-se de liberdade, seu exercício independe de autorização estatal.

V - o pluralismo político.

O pluralismo político é o reconhecimento de que existem diversas concepções filosóficas, políticas e culturais que coexistem na sociedade sem que se possa impor uma determinada visão como obrigatória.

Ainda, o parágrafo único traz mais uma regra fundamental para a compreensão da organização jurídica brasileira:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Todo poder emana do povo.

Poder é a capacidade de legitimamente modificar o estado de coisas existente, seja na ordem fática seja na ordem jurídica.

Povo é a nação, o conjunto de brasileiros.

O poder emana do povo. Quer dizer que o exercício do poder se dá por meio de procedimentos dos quais o povo participa.

Exercer o poder é participar dos procedimentos de exercício do poder.

O exercício do poder pode se dar forma direta ou indireta.

Ocorre de forma direta quando o instrumento de formação da vontade política conta com a participação de cada um dos brasileiros.



Indireta é a forma de exercício em que participam apenas representantes do povo. Os representantes do povo são eleitos, quer dizer, são escolhidos por meio de eleição, a qual, por sua vez, é um procedimento de participação direta do povo.

Dizer que o poder emana do povo é dizer, também, que ao povo pertence o Poder Constituinte Originário. Poder Constituinte Originário é o poder político com aptidão para constituir uma determinada ordem jurídica nova.

Vamos, em seguida, diretamente ao estudo do art. 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

O art. 1º trata, por assim dizer, da origem da instituição política brasileira.

O art. 3º trata da finalidade da existência dessa instituição.

Todo o aparato jurídico que consolida o ordenamento jurídico brasileiro é uma criação humana que tem finalidades específicas. Essas finalidades consistem na visão de um estado de coisas ideal, algo que merece ser atingido pela sociedade.

Vejamos cada um dos objetivos:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

É objetivo da República brasileira construir uma sociedade livre, justa e solidária. A República deve manter a organização nacional como uma sociedade, mas reconhece que essa sociedade não é, em todos os aspectos, livre, justa e solidária. Por isso, é necessário construir, criar meios que permitam que a sociedade se torne livre, justa e solidária.

Trata-se do reconhecimento do princípio da solidariedade, solidariedade que se exerce em favor de todos os grupos sociais. Esse princípio justifica a criação de medidas estatais para a promoção de certos grupos mais vulneráveis socialmente, como as mulheres e os negros.

II - garantir o desenvolvimento nacional;

O Estado brasileiro deve garantir o desenvolvimento nacional. O desenvolvimento é a contínua criação de melhorias, é a busca constante de um estado de coisas melhor. O Estado deve garantir que a sociedade seja capaz de atingir o desenvolvimento em favor dos indivíduos.

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

O Brasil é um país de dimensões continentais com severas discrepâncias sociais e regionais.

Deve ser objetivo do Estado brasileiro erradicar a pobreza, conferindo a todos elementos mínimos de vida humana digna.



Deve ser combatida a marginalização. Todos os indivíduos devem ser reconhecidos pela sociedade como dignos e legítimos participantes da organização política.

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por fim, prevê o artigo que o Estado deve promover o bem de todos.

Não se admite qualquer tipo de preconceito ou discriminação, mas isso não significa que não possam ser adotadas medidas específicas em favor de alguns grupos vulneráveis. Essas medidas, no entanto, devem ser justificadas por alguma consideração razoável.

Agora vamos ao art. 4º:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

Preocupa-se o art. 4º em definir a forma de atuação do Estado brasileiro na ordem internacional.

O Brasil, se bem que seja um país soberano, está sujeito a respeitar preceitos de direito internacional, como o respeito aos direitos humanos e o respeito à soberania dos demais países.

Os incisos do artigo elencam os principais parâmetros que devem guiar essa atuação internacional:

I - independência nacional;

Independência nacional significa que os procedimentos políticos brasileiros não podem sofrer influência de órgãos estrangeiros.

Claro que é possível aproveitar experiências de outros países no nosso próprio processo político-jurídico, no entanto, isso vai ter que ser intermediado por brasileiros.

II - prevalência dos direitos humanos;

A prevalência dos direitos humanos significa que a conduta do Brasil deve sempre respeitar o núcleo intrínseco de todas as pessoas humanas.

No plano internacional, o Brasil deve buscar o reconhecimento da máxima efetividade possível dos direitos humanos.

III - autodeterminação dos povos;

Esse princípio significa o reconhecimento da independência das demais nações. O Brasil não pode interferir diretamente no processo político dos demais países, sob pena de negar a autodeterminação desses povos.



O Brasil pode auxiliar outros países a pedido, mas não haverá interferência forçada.

IV - não-intervenção;

O Brasil deve se abster, o máximo possível, de interferir nos assuntos internos e externos de outros países.

V - igualdade entre os Estados;

A igualdade entre os Estados, no plano internacional, pode ser desmembrada em três aspectos.

Primeiro, temos uma igualdade formal, que é a possibilidade conferida a todos os Estados de participar, de forma igualitária, dos órgãos jurídicos internacionais.

Segundo, temos a igualdade legislativa, que quer dizer que os Estados só podem ser compelidos a cumprir as obrigações às tenham aderido.

Por fim, igualdade existencial é a oportunidade que deve ser deferida a todas as nações de conduzir sua própria política independente, sem interferências externas.

VI - defesa da paz;

O Brasil deve se abster de provocar conflitos armados.

Além disso, o Brasil deve promover o diálogo internacional como solução para as medidas bélicas.

VII - solução pacífica dos conflitos;

Trata-se de decorrência do princípio da defesa da paz: a solução para conflitos internacionais propugnada pelo Brasil deve sempre ser pacífica.

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Também como corolário da defesa da paz, o Brasil repudia medidas de terror e de racismo no plano internacional.

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

O Brasil deve sempre buscar a cooperação internacional, com base na ideia de um progresso contínuo da humanidade.

X - concessão de asilo político.



Asilo é medida de proteção de pessoas de outras nacionalidades contra perseguições no seu país de origem motivadas por questões de natureza política. O Brasil deve conceder asilo a pessoas vítimas de perseguição política.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

O parágrafo único trans o princípio da integração latino-americana. Impõe-se ao Estado brasileiro adotar medidas de natureza econômica, política, social e cultural voltadas à formação de uma comunidade de nações da América Latina.

Não há um conceito exato de integração, mas o entendimento que prevalece é o de que o Brasil deve buscar a implementação de um organismo supranacional de nações latino-americanas, não bastando a utilização dos mecanismos tradicionais do direito internacional.

Agora vamos estudar os principais direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art. 5º da Constituição Federal.

Vamos começar com a análise do *caput* do art. 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Prevê o *caput* do art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza. Trata-se da previsão da igualdade formal, fórmula segundo a qual a lei se aplica de maneira abstrata e geral em face de todos.

A lei se aplica sem distinção, mas a própria lei pode prever distinções. Por exemplo, uma lei que cria política de quotas para ingresso no serviço público estabelece uma distinção benéfica para a categoria que é beneficiada pelas quotas, mas a própria lei se aplica a todos indistintamente. A diferenciação não é no âmbito da aplicação da lei, que é geral e igual para todos: a diferença é nos efeitos da lei.

**A previsão expressa do dispositivo é a de que os direitos e garantias previstos se referem apenas aos brasileiros e estrangeiros residentes no País. No entanto, o entendimento que tem prevalecido tanto na jurisprudência quanto na doutrina é o de que alguns dos direitos se aplicam também aos estrangeiros sem residência no Brasil. Por exemplo, não é possível negar que um turista no Brasil tenha direito à vida.**

Prosseguindo, prevê o dispositivo que são invioláveis os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Esses são os núcleos fundamentais que devem ser assegurados em favor de todos.

Assim...

São invioláveis os seguintes direitos:



- 1º - à vida;
- 2º - à igualdade;
- 3º - à segurança; e
- 4º - à propriedade.

Agora vamos analisar algumas das previsões dos incisos:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Prevê o inciso I a igualdade de gênero entre homens e mulheres.

Os direitos e obrigações de homens e mulheres devem ser iguais.

No entanto, essa previsão não impede a criação de direitos e obrigações específicos para homens ou mulheres. O que o dispositivo veda é a discriminação sem nenhum motivo justificado.

Por exemplo, é admissível a previsão legal de que apenas os homens estão sujeitos ao alistamento militar obrigatório. Também é constitucional previsão legal que estabeleça jornada de trabalho mais favorável para as mulheres, ou previsão legal que tipifica como crime o feminicídio (homicídio em razão do gênero feminino).

Por isso prevê a parte final que essa igualdade se dá nos termos da Constituição, o que implica a aplicação do princípio da proporcionalidade.

Vamos ao próximo inciso:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

A obrigação de fazer ou deixar de fazer algo deve ser prevista em lei.

Apenas a lei, que é o ato normativo editado de acordo com o processo legislativo constitucional, pode criar obrigações.

Isso significa, interpretando ao contrário, que aquilo que não existe uma obrigação prévia à lei. Quer dizer, existe uma margem de liberdade para os indivíduos que só pode ser limitada pela lei.

Só aquilo que está previsto em lei é obrigatório para os indivíduos.

Ao contrário, para a administração pública, só é permitido aquilo que está previsto em lei.

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;



É absolutamente vedada a aplicação de tortura ou de outros tratamentos desumanos ou degradantes a quem quer que seja.

Esses tipos de punição atentam contra a noção de dignidade da pessoa humana, contra a noção do ser humano como um foco de liberdade e autodeterminação. Ninguém deve ser obrigado a agir de certa forma por meio da violência ou de outro constrangimento injustificável.

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

Como manifestação da autodeterminação pessoal, todos têm o direito de externar seu pensamento de forma pública.

É vedado o anonimato, que consiste na manifestação pública sem identificação.

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Como repercussão do direito à manifestação do pensamento surge o direito de resposta.

Direito de resposta é o direito que a pessoa referida por uma certa manifestação tem de revidar, de manifestar seu pensamento como uma resposta à manifestação do outro.

O direito de resposta deve ser proporcional ao agravo. Quer dizer, se a manifestação foi publicada na internet, deve ser oportunizada resposta na internet, por exemplo.

Além do direito de resposta, existe o direito à indenização por danos materiais, morais e à imagem, em caso de ofensa. A indenização é uma reparação pecuniária do dano.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

A liberdade de pensamento pressupõe também uma liberdade de consciência e de crença.

O pensamento manifesta aquilo em que a pessoa crê ou aquilo que lhe passa na consciência.

Como forma de proteção da liberdade de consciência e de crença é que são protegidas as manifestações religiosas. Todos os atos, locais e processos que pertencem ao culto religioso devem ser protegidos na forma da lei.

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

Em locais de internação coletiva de pessoas, locais dos quais a pessoa não se pode ausentar com plena liberdade, como prisões, civis ou militares, deve ser assegurada a prestação de assistência religiosa.



Essa prestação é religiosa e, portanto, deve ser exercida por um oficial da religião. O Estado deve oportunizar os meios de contato entre a pessoa internada e o oficial religioso.

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Ainda como consequência do direito à liberdade de expressão e de consciência ou crença, prevê o inciso VIII que ninguém pode ser privado de um direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

A crença religiosa ou convicção filosófica ou política são matérias sujeitas estritamente à convicção individual da pessoa e por isso não é razoável que haja qualquer diferenciação de deveres sociais tendo como base esses elementos.

Trata ainda o dispositivo da escusa de consciência. Escusa de consciência é a pretensão exercida para se eximir de uma obrigação legal que é imposta a todos. Por exemplo, poderia um homem pretender se eximir do serviço militar obrigatório em razão de convicção religiosa.

O dispositivo autoriza o exercício da escusa de consciência, mas prevê uma contrapartida: deverá ser cumprida prestação alternativa compatível com a convicção da pessoa que exerceu a escusa.

Se ainda assim houver recusa ao cumprimento de prestação alternativa compatível com a convicção pessoal, aí será possível a restrição de direitos como consequência da recusa.

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Também como forma de expressão é previsto o exercício de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

Essas formas de expressão não podem ser censuradas. Censura é a vedação à manifestação de forma prévia à sua exposição pública.

Também não deve ser sujeito a qualquer tipo de licença o exercício dessas formas de expressão. Licença é o ato autorizativo prévio do poder público.

Prosseguindo:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis. Isso quer dizer que qualquer tipo de dano a esses aspectos deverá ser objeto de indenização material ou moral.



XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; *(Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)*

A casa é protegida como um espaço essencial para o desenvolvimento da pessoa humana. A casa constitui asilo inviolável. Só é possível o ingresso com o consentimento do morador.

Excepcionalmente será possível o ingresso na casa sem consentimento nas situações de flagrante delito ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; *(Vide Lei nº 9.296, de 1996)*

As comunicações humanas também são invioláveis. Apenas os interlocutores devem ter acesso à comunicação.

Essa proteção inclui a correspondência, as comunicações telegráficas, os dados e as comunicações telefônicas.

Excepcionalmente admite a Constituição que as comunicações telefônicas sejam interceptadas por ordem judicial em hipóteses e através de procedimento legal, sempre com a finalidade de investigação criminal ou instrução processual penal.

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Também é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas qualificações profissionais estabelecidas por lei.

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

A liberdade de consciência e de crença inclui necessariamente a liberdade de buscar informações.

Todos têm direito a ter acesso à informação.

É resguardado, no entanto, o sigilo de fonte: fonte é o elemento de prova que justifica a informação. Observe, no entanto, que o sigilo da fonte só é resguardado quando isso for necessário ao exercício profissional.

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;



A Constituição assegura também a livre locomoção.

O direito de ir e vir, no entanto, só é garantido em tempo de paz. É possível a restrição do direito de locomoção nos tempos de guerra.

A locomoção envolve também o direito de permanecer, sair ou voltar ao país com seus bens.

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

É assegurado o direito de reunião para fins pacíficos em locais abertos ao público.

A reunião independe de autorização, mas não é possível frustrar outra reunião convocada anteriormente para o mesmo local.

Exige-se, contudo, que haja prévio aviso à autoridade competente.

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

É garantido também o direito à associação para fins lícitos, mas é vedado qualquer tipo de associação paramilitar.

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

As associações têm direito a livre funcionamento na forma da lei. A criação de associações não depende de autorização e é vedada qualquer interferência estatal no funcionamento interno do órgão.

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

Todavia, em casos excepcionais, o Estado pode determinar a dissolução compulsória de associação ou determinar a suspensão das atividades para a proteção de algum interesse legítimo.

A dissolução da associação depende de decisão judicial com trânsito em julgado.

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

O direito de criar uma associação pressupõe também a liberdade de participar ou não da associação.

Não é possível a criação de entidades de participação compulsória. Deve ser exercido livremente o direito de associação.



XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

As associações podem representar seus associados, tanto em juízo quanto extrajudicialmente, desde que haja autorização expressa.

XXII - é garantido o direito de propriedade;

O direito de propriedade, que é o de direito de titularizar determinado bem perante a sociedade, é reconhecido.

A propriedade envolve os direitos de uso, gozo, fruição e disposição do bem.

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

É necessário, entretanto, que a propriedade exerça uma função social.

Isso quer dizer que o proprietário não pode abusar da sua posição de titular sobre o bem para causar prejuízos sociais.

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

O poder público pode tomar a propriedade dos particulares de forma compulsória por meio da desapropriação.

A desapropriação é viável quando houver necessidade pública, utilidade pública ou interesse social.

A desapropriação deve ser precedida de prévia e justa indenização em dinheiro. Há situações em que a indenização não é feita em dinheiro, mas por meio de títulos da dívida pública: são as desapropriações especiais para o cumprimento da função social.

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

A propriedade só pode ser utilizada com autorização do dono, a princípio.

No entanto, em caso de iminente perigo público, autoridade pública poderá fazer uso da propriedade particular de forma compulsória.

Se decorrer desse uso compulsório qualquer dano, esse deverá ser posteriormente indenizado.



XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

Esse inciso prevê a impenhorabilidade da pequena propriedade rural trabalhada pela família para o pagamento de débitos decorrentes da atividade produtiva.

A Constituição reconhece que os pequenos produtores rurais enfrentam especial dificuldades no mercado e que a terra é muitas vezes o único instrumento de subsistência familiar, por isso é prevista a impenhorabilidade da pequena propriedade, o que quer dizer que a propriedade não poderá ser transferida compulsoriamente ao credor para o pagamento de débitos relativos à atividade produtiva.

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

Ainda em relação à propriedade, prevê a Constituição que os autores de obras têm direito exclusivo de utilizar, publicar e reproduzir a obra. O conceito de obra é amplo, incluindo obras artísticas, culturais, intelectuais etc.

Esse direito é transmitido aos herdeiros do autor por prazo fixado em lei, após o qual prazo a obra passa a ser de domínio público.

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

Ainda em relação às obras, a Constituição protege a participação individual em obras coletivas. Também é protegida a reprodução de imagem e da voz humana. Essas são situações em que há mais de um interessado na obra, caso em que ainda assim se protege o direito de cada um dos participantes individualmente.

Criadores, intérpretes e suas representações sindicais e associativas têm direito a fiscalizar o aproveitamento econômico da obra.

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

Autores de inventos industriais têm direito à utilização exclusiva desse invento de modo temporário.



A Constituição também põe a salvo as criações industriais, a propriedade das marcas, dos nomes de empresa e de outros signos distintivos com vistas ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Esses direitos são essenciais para o devido funcionamento no âmbito das empresas mercantis, sendo que, como decorrência do reconhecimento do direito à propriedade, é assegurado o exercício do comércio.

XXX - é garantido o direito de herança;

O direito de herança é o direito que algumas pessoas têm de suceder o falecido na titularidade dos bens. As pessoas que têm direito à herança são os parentes do falecido. A herança transmite aos herdeiros a titularidade dos bens do falecido, mas não impede a incidência de impostos sobre esse fato jurídico.

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

Em relação aos bens de estrangeiros, prevê a Constituição que a sucessão será regulada pela lei brasileiro quando isso for mais benéfico para cônjuge ou filhos brasileiros.

É resguardada a aplicação da lei pessoal do "de cujus" quando isso for mais favorável aos herdeiros brasileiros.

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Consumidor é o adquirente final de produtos comercializados no mercado.

Em regra, os consumidores estão em posição de desvantagem perante os empreendimentos comerciais, o que justifica a previsão de mecanismos de intervenção estatal que protejam interesses dos consumidores.

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; *(Regulamento)* *(Vide Lei nº 12.527, de 2011)*

Os órgãos públicos detêm informações de interesse particular ou de interesse coletivo e geral.

Toda pessoa tem o direito de receber informações de interesse próprio ou geral como forma de subsidiar sua convicção pessoal.

A negativa de prestação de informação gera a responsabilidade do agente público que tiver denegado a solicitação.

É resguardado o sigilo de informações imprescindíveis para a segurança da sociedade e do Estado.



XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

O direito de petição é o direito de formular pedido ao Poder Público na defesa de direito ou na oposição a ilegalidade ou abuso de poder.

Direito de obter cidadão é o direito de obter informação sobre documentos mantidos pelo Poder Público.

Ambos esses direitos são reconhecidos pela Constituição sem a necessidade de pagamento de taxa.

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

O Poder Judiciário é o poder com competência para conhecer qualquer tipo de pretensão relativa a lesão ou ameaça a direito.

Nenhuma pretensão pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário. Qualquer exclusão significaria que o Poder Judiciário estaria limitado e não poderia determinar o que fosse de direito para atuar na ordem jurídica.

Essa regra é conhecida como princípio da inafastabilidade da jurisdição.

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Direito adquirido é o direito cujos pressupostos já foram implementados pelo titular.

Ato jurídico perfeito é o ato jurídico que já ingressou na ordem jurídica.

Coisa julgada é a imutabilidade da decisão judicial de mérito.

Esses três aspectos devem ser protegidos como forma de preservar a segurança jurídica. Não seria razoável que expectativas legítimas fossem simplesmente afastadas posteriormente.

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

Os juízos e tribunais são os órgãos responsáveis por declarar o direito em relação a uma situação específica.

Esses órgãos devem estar previstos no ordenamento jurídico de forma prévia à instauração da sua jurisdição. Trata-se do princípio do juiz natural.

Juízo ou tribunal de exceção é aquele que é criado após o fato a ser julgada já ter ocorrido. Ofende a consciência jurídica a instauração de órgão jurisdicional para o conhecimento de fatos específicos.



XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

O júri é um tribunal formado por membros leigos.

A Constituição estabelece que o júri é competente para julgar crimes dolosos contra a vida.

O júri tem algumas garantias, que são a plenitude da defesa, que não se restringe a defesa técnica; sigilo das votações; e soberania dos veredictos (impossibilidade de reanálise do mérito por outro órgão jurisdicional).

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Esse inciso prevê o princípio da legalidade em matéria penal.

Alguém só pode ser punido por fato que já fosse previsto como criminoso em lei.

Além disso, a pena a ser aplicada deve ser a prevista em lei, nem mais nem menos.

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Como decorrência do princípio da legalidade, os preceitos legais que instituem crime não têm aplicação retroativa.

Admite-se, no entanto, a retroação de previsão legal nova quando isso for mais benéfico ao réu (*novatio legis in mellius*).

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

Esse dispositivo prevê um mandato de criminalização. Trata-se de ordem constitucional para a instituição de discriminação como crime.

A discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais deve ser prevista como crime pela legislação.

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;



O racismo é conduta criminosa.

O crime de racismo é inafiançável (não pode ser fixada fiança em favor do acusado de crime de racismo) e é imprescritível (não ocorre a prescrição do crime de racismo).

A pena de racismo deverá ser de reclusão, nos termos da lei.

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; *(Regulamento)*

A tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são condutas criminosas.

Esses crimes e os crimes definidos em lei como hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

Respondem pelo crime os mandantes, os executores e aqueles que se omitirem.

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é criminosa, e o crime é inafiançável e imprescritível.

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

As penas só se aplicam em relação ao condenado. Não é possível punir terceiro que não o condenado.

A obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens, no entanto, pode ser estendida aos sucessores, nos limites da herança.

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;



As penas devem ser individualizadas à pessoa do condenado (princípio da individualização da pena), considerando as características do crime e da pessoa do condenado.

A legislação penal deve prever ao menos as penas mencionadas no inciso.

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

Alguns tipos de pena são estritamente vedados porque configuram desrespeito à dignidade da pessoa humana.

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

Ainda como manifestação do princípio da individualização da pena, devem existir estabelecimentos distintos para abrigar condenados de acordo com a natureza do delito, com a idade e com o sexo do apenado.

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Os presos não são desprovidos de dignidade humana, assim, eles devem ter sua integridade física e moral respeitada.

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

Como forma de preservar os direitos das crianças, é assegurado o direito de as presidiárias permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação.

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

Extradição é a entrega de uma pessoa a país estrangeiro com a finalidade de propiciar o cumprimento de pena.

O Brasil deve ser um local de refúgio para os brasileiros, por isso é vedada a extradição de brasileiro.



Excepcionalmente é possível a extradição de brasileiro naturalizado (contrapondo-se ao brasileiro natural).

O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em duas situações: primeiro quando ele tiver praticado crime comum antes da naturalização; e, segundo, quando for comprovado o seu envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

O estrangeiro, em regra, pode ser extraditado.

Não será possível a extradição de estrangeiro, todavia, quando o crime pelo qual se pretende ocorra a tradição for crime político ou de opinião.

Crime político é aquele que se resume à manifestação de opinião contrária ao governo do país estrangeiro.

Crime de opinião é aquele que decorre da exposição de alguma opinião.

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

O processo e o julgamento de qualquer fato devem ocorrer perante a autoridade competente, que é a autoridade prevista na legislação em vigor no momento da ocorrência do fato. Trata-se de manifestação do princípio do juiz natural.

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

A liberdade e o direito de propriedade são protegidos *a priori*. Apenas em caso de cometimento de alguma infração será possível a privação forçada da liberdade ou dos bens.

Em todo caso, o procedimento para a aplicação de medida desfavorável à liberdade ou ao direito de propriedade deve constituir um devido processo legal.

No sentido formal, significa que deve ser observada a legislação em vigor na condução do processo.

Em sentido material, significa que o potencial prejudicado deve ter a oportunidade de influenciar no resultado do processo, assegurando-se a oportunidade de exercer todos os atos processuais pertinentes.

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Todos que participam de processo, judicial ou administrativo, civil ou penal, têm assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Contraditório é a oportunidade de se manifestar a respeito da pretensão da parte adversa.

Ampla defesa é a oportunidade de produzir todos os meios de defesa admitidos e envolve não só os meios processuais como também os recursos legalmente previstos.



LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

No processo são admissíveis quaisquer meios de prova, desde que lícitos.

Provas ilícitas não são admissíveis e não servem para comprovar as alegações.

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Ninguém pode sofrer os efeitos de uma pena antes da condenação definitiva com trânsito em julgado.

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; *(Regulamento)*

Identificação criminal é procedimento de aferição de identidade de uma pessoa por meio de métodos científicos.

Quando uma pessoa estiver identificada civilmente, não deve haver submissão a identificação criminal.

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

Os crimes de ação penal pública são os crimes que devem ser promovidos por órgão estatal, que é o Ministério Público.

Quando o Ministério Público não promove a ação penal no prazo legal, admite-se o ajuizamento de ação penal privada pela vítima ou por seus parentes. O Ministério Público participa do processo, de toda forma.

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Os atos processuais são públicos. Só há sigilo quando isso for essencial para preservar a intimidade das partes ou quando o interesse social o exigir.

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

A prisão é a privação da liberdade ordenada pelo Estado.

A prisão só é admissível quando houver flagrante (verificação de que o ato criminoso está em curso ou logo após o ato) e quando houver ordem judicial escrita e fundamentada.

Há exceção para essa regra: nos casos de transgressão militar ou de crime propriamente militar, é admissível a prisão por ordem de autoridade militar.



LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

Quando alguém for preso, esse fato deve ser comunicado ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, com informação sobre o local onde se encontre o preso.

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

O preso deve ser comunicado a respeito dos seus direitos. O preso tem o direito de permanecer calado e não responder a qualquer pergunta que lhe seja formulada.

É assegurada, ainda, a assistência ao preso pela família ou por advogado.

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

O preso tem o direito de conhecer quem são os responsáveis pela sua prisão e pelo interrogatório policial.

O conhecimento da identidade das autoridades públicas é essencial para evitar abusos.

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

Quando a autoridade judicial constatar qualquer ilegalidade a prisão deve ser relaxada, isso é, deve ser restituída a liberdade do preso.

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

Há hipóteses legais de liberdade provisória.

Se couber liberdade provisória, com ou sem fiança, não deve ser efetuada ou mantida a prisão.

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

A prisão civil só é admitida no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

Isso ocorre porque o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, a qual veda a prisão do depositário infiel. Entende o Supremo Tribunal Federal que esse Pacto tem natureza de norma supralegal, assim, não pode uma lei ordinária estabelecer a prisão do depositário infiel, de forma que o comando constitucional não poderá ser levado a efeito.



LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

O habeas corpus é um meio judicial que visa impedir qualquer ato ilegal ou praticado com abuso de poder que ameace ou viole a liberdade de locomoção.

O direito protegido pelo habeas corpus é o direito de ir e vir.

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

O mandado de segurança é ação constitucional que visa anular ato do poder público ilegal ou praticado com abuso de autoridade.

O mandado de segurança é um instrumento subsidiário, só cabendo sua utilização quando não for cabível habeas corpus (no caso de proteção ao direito de ir e vir) ou de habeas data (no caso de proteção ao direito de conhecer o teor de informação mantida em banco de dados públicos).

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

O mandado de segurança individual tem a finalidade de proteger pessoas determinadas contra uma ilegalidade ou abuso de poder.

O mandado de segurança coletivo é o mandado de segurança impetrado com o objetivo de resguardar direitos de diversos beneficiários de forma coletiva. Trata-se de hipótese de legitimação extraordinária, pois o autor do mandado de segurança coletivo não visa proteger direito próprio, e sim direito de outras pessoas.

É importante conhecer os órgãos legitimados a impetrar mandado de segurança coletivo.

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

O mandado de injunção é mecanismo que visa compelir o poder público a regulamentar disposição constitucional relativa aos direitos e liberdades constitucionais e às prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.



O exemplo clássico é o do direito de greve dos servidores públicos. A Constituição estabelece que os servidores têm direito à greve na forma da lei, no entanto, uma lei de greve específica para os servidores públicos ainda não foi editada. Assim, foram impetrados diversos mandados de injunção em benefício de servidores públicos com a intenção de compelir o poder público a editar as normas que regulamentem o exercício da greve, sendo que a jurisprudência se firmou no sentido de que se aplica a mesma lei que regulamenta a greve em relação aos trabalhadores privados aos servidores públicos, enquanto não houver norma específica.

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

O habeas data é uma ação constitucional que visa dar conhecimento ou permitir a retificação de dados mantidos em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

A ação popular é uma ação que está à disposição de qualquer cidadão e que tem a finalidade de anular ato lesivo ao patrimônio público ou lesivo à direitos coletivos, como a moralidade administrativa e o meio ambiente.

O cidadão pode agir como legitimado extraordinário para a proteção de interesses públicos. Não seria razoável que apenas os próprios agentes públicos pudessem agir para a proteção do interesse público, pois no caso de omissão dos agentes não haveria quem pudesse proteger esses direitos.

Firmou a jurisprudência o entendimento de que o ato que se visa anular por meio de ação popular não precisa, necessariamente, causar dano ao patrimônio público, bastando que o ato cause lesão a qualquer dos direitos coletivos mencionados.

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

A fim de não tornar letra morta a previsão de inafastabilidade da jurisdição, prevê a Constituição que deve ser assegurada assistência jurídica àqueles que forem desprovidos de recursos para custear uma ação de forma autônoma.

Essa assistência é integral e gratuita.



Em regra, a assistência é prestada por um órgão estatal, que é a Defensoria Pública.

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

No caso de prolação de ato judicial com erro ou no caso de prisão de alguém por tempo superior ao da condenação, o Estado deve indenizar o prejudicado.

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: *(Vide Lei nº 7.844, de 1989)*

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. *(Regulamento)*

Alguns atos públicos são gratuitos, como forma de garantir que toda a população os possa praticar.

São gratuitos o registro de nascimento, a certidão de óbito, as ações de habeas corpus, de habeas data.

Além disso, a lei pode prever outros atos gratuitos para o exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)*

Os procedimentos judiciais e administrativos devem ser céleres. Processos excessivamente demorados ocasionam prejuízo excessivo àquele que busca a implementação de um direito. Trata-se do princípio da celeridade processual.

LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 115, de 2022)*

Inovação recente no texto constitucional promovida pela Emenda Constitucional n. 115/2022, o direito à proteção de dados pessoais é uma busca importante para a defesa das pessoas no meio digital, que é o meio prevalente de comunicação atualmente.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Todas as normas que preveem direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Isso quer dizer que a implementação desses direitos não depende de regulamentação, sendo suficiente o texto constitucional para dar eficácia a esses direitos.



§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A lista de direitos e garantias constitucionais não é exaustiva. A própria Constituição prevê, em outros dispositivos, direitos e garantias específicos, como os direitos à imunidade tributária.

Além disso, outros instrumentos internacionais incorporados pelo Brasil podem veicular direitos e garantias constitucionais, que passam a compor o rol de proteção.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392) (Vide Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º da Constituição)*

Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos podem ser incorporados ao direito brasileiro como emenda constitucional, desde que aprovados pelas casas do Congresso Nacional em 2 turnos pelo voto de 3/5 dos membros.

Emendas constitucionais são atos normativos que alteram formalmente a Constituição. Isso quer dizer que instrumentos internacionais podem ser incorporados ao nosso ordenamento com eficácia de norma constitucional, por meio do referido procedimento.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

A soberania do Brasil não é incompatível com a submissão a Tribunais Penais Internacionais.

Tribunais Penais Internacionais são órgãos internacionais responsáveis pelo julgamento de delitos de gravidade maior, que ofendem a consciência humana, como os crimes de guerra e o genocídio.

Atualmente, o Brasil é signatário do Tratado de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional com sede em Haia.



## CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Nesse tópico, vamos focar nos artigos finais da Constituição do Estado da Bahia, que tratam dos direitos dos negros e dos índios.

A sociedade brasileira, historicamente, foi formada com a participação fundamental de povos de origem negra. Essa herança histórica e cultural é reconhecida pela legislação como um elemento integrante da própria nação brasileira e, por isso, são previstos mecanismos específicos de proteção da participação de pessoas negras.

O mesmo se dá em relação aos índios. Os indígenas foram incorporados à sociedade brasileira com relevante impacto na nossa formação histórica. Essa participação não pode ser menosprezada pela legislação.

Assim, prevê o art. 286 da Constituição estadual que a sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira.

É crime a prática de racismo, e esse crime é inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão.

O art. 287 traz uma regra de relacionamento do Estado baiano com outros países.

Os países que mantiverem política oficial de discriminação racial não podem:

- I - admitir participação, ainda que indireta, através de empresas neles sediadas, em qualquer processo licitatório da Administração Pública direta ou indireta;
- II - manter intercâmbio cultural ou desportivo, através de delegações oficiais.

Na sequência, prevê a Constituição estadual norma específica sobre o ensino.

A rede estadual oficial de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores, tanto civis quanto militares, devem incluir em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira. A devida instrução das pessoas e particularmente dos agentes de Estado é essencial para que haja o devido respeito a todos os segmentos da sociedade brasileira.

O art. 289 traz ainda uma regra interessante: nas publicidades estaduais com mais de duas pessoas, ao menos uma deve ser de raça negra.

Por fim, prevê o art. 290 que o dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra, estando esse dia incluído no calendário oficial.

Na sequência a Constituição trata dos índios.

O Estado tem o dever de colaborar com a União em benefício dos índios. É vedada qualquer ação, omissão ou dilação que possa resultar em detrimientos dos direitos originários dos índios.



O Estado deve respeitar na máxima medida possível os territórios e sociedades indígenas. Assim, o Estado deve preservar os recursos naturais situados fora das terras indígenas cuja deterioração ou destruição possa prejudicar o ecossistema e a sobrevivências biológica, social e cultural dos índios.

Outra medida prevista é a de fornecimento de acesso à água em favor dos indígenas quando as suas terras forem escassas em recursos hídricos. Esse acesso deve ser prestado sem ônus para os índios.

Será incluído no currículo das escolas públicas e privadas, de 1º e 2º graus, o estudo da cultura e história do Índio.

Além disso, prevê a Constituição que devem ser criados, perante os poderes Legislativo e Executivo, canais permanentes de comunicação com as lideranças legítimas, livremente emanadas dos povos e das organizações indígenas. Por meio desses canais os povos indígenas podem manifestar sua vontade política perante o Estado. Atenção: esses canais devem ser instituídos por meio de lei.

Para efeito dessa participação, a legitimidade das lideranças indígenas, em obediência às normas da Constituição Federal, deriva única e exclusivamente de sua emergência e indicação, nos termos da organização e da cultura das coletividades a que pertencem.

Prevê também a Constituição que no caso de retirada de posseiros de terras indígenas, o Estado deve facilitar a relocação dos posseiros não-índios em terras devolutas. Trata de regra que denota preocupação com a questão da habitação e da reforma agrária. Serão beneficiados por essa medida os posseiros não-índios qualificáveis para receber área de terra do processo de reforma agrária. As terras que serão destinadas aos posseiros, além disso, devem ser qualitativa e quantitativamente equivalentes ou superiores às que tenham desocupado.

Com isso concluímos o estudo desses temas da Constituição do Estado da Bahia.

## CRIME DE INJÚRIA

O crime de injúria está previsto no art. 140 do Código Penal:

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:



Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: *(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)*

Pena - reclusão de um a três anos e multa. *(Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)*

A injúria protege a honra subjetiva, que pode ser entendida como o senso próprio de dignidade de cada pessoa.

A injúria deve ser distinguida da calúnia e da difamação.

Na calúnia, o criminoso afirma que a vítima praticou um crime. Por exemplo, o caluniador afirma que viu João, a vítima, subtrair um celular para si, ou seja, o caluniador afirma que viu João praticar crime de furto.

Na difamação, o criminoso afirma que a vítima praticou ato que é ofensivo à sua reputação. Por exemplo, o difamador afirma que ouviu João dizer que subtraía um celular para si. Alguém dizer que praticou um crime não é um crime, mas é, sem dúvida, fato ofensivo à honra própria.

Na injúria, o criminoso não afirma nenhum fato, ele simplesmente ofende a honra da vítima. Por exemplo, o injuriante afirma que João é um ladrão. No caso, o criminoso não afirma nenhum fato específico, mas tão somente ofende a reputação da vítima ao lhe imputar qualificação ofensiva.

Admite-se causa de exclusão da punibilidade quando o próprio ofendido der causa à injúria ou no caso de retorsão imediata.

O § 2º prevê a injúria real, que é aquela praticada mediante violência ou vias de fato. Nesse caso, o crime é qualificado.

Por fim, o § 3º prevê a injúria qualificada, que é a que ocorre com utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Também se trata de forma qualificada do crime de injúria. Atenção especialmente para a injúria racial, que é aquela cometida com utilização de elemento referente a raça, cor ou etnia.

Com isso concluímos o assunto da aula.

## QUESTÕES COMENTADAS

1. **(CESPE/PC-ES/Delegado/2022) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:**

A) o valor social do trabalho e da livre iniciativa.

B) a solução pacífica dos conflitos.



- C) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a garantia do desenvolvimento nacional.

### Comentários

Cuidado para não confundir fundamentos da República brasileira com objetivos ou com princípios das relações internacionais.

Os objetivos estão previstos no art. 3º da Constituição Federal.

A **alternativa A** é incorreta. Trata-se de fundamento (art. 1º, IV).

A **alternativa B** é incorreta. Trata-se de princípio que rege as relações internacionais (art. 4º, VII).

A **alternativa C** é incorreta. Trata-se de princípio que rege as relações internacionais (art. 4º, VIII).

A **alternativa D** é incorreta. Trata-se de fundamento (art. 1º, III).

A **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão. Trata-se de objetivo previsto no art. 3º, II.

### 2. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- A) Liberdade de expressão.
- B) Pluralismo político.
- C) Prevalência dos direitos humanos.
- D) Liberdade de associação.
- E) Livre iniciativa.

### Comentários

Não se deve confundir princípio que rege as relações internacionais com fundamento da República nem com direito fundamental previsto no art. 5º.

A **alternativa A** é incorreta. Trata-se de direito fundamental.

A **alternativa B** é incorreta. Trata-se de fundamento (art. 1º, V).

A **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão. Trata-se de princípio que rege as relações internacionais (art. 4º, II).



A **alternativa D** é incorreta. Trata-se de direito fundamental.

A **alternativa E** é incorreta. Trata-se de fundamento (art. 1º, IV).

3. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Considere os seguintes itens:

I. a soberania.

II. a plenitude de defesa.

III. o pluralismo político.

IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de:

A) I e II, apenas.

B) I, II, III e IV.

C) II e IV, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) I e III, apenas.

### Comentários

Não se deve confundir princípio que rege as relações internacionais com fundamento da República nem com direito fundamental previsto no art. 5º.

A **assertiva I** é correta. Trata-se de fundamento (art. 1º, I).

A **assertiva II** é incorreta. Trata-se de direito fundamental.

A **assertiva III** é correta. Trata-se de fundamento (art. 1º, V).

A **assertiva IV** é incorreta. Trata-se de direito fundamental.

Como estão corretas as assertivas I e III apenas, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

4. (VUNESP/PC-SP/Escrivão/2022) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento:

A) a garantia do desenvolvimento nacional.



- B) a dignidade da pessoa humana.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade.
- D) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- E) a erradicação da pobreza e da marginalização.

### Comentários

Não se deve confundir princípio que rege as relações internacionais com fundamento da República ou com objetivo da República.

A **alternativa A** é incorreta. Trata-se de objetivo (art. 3º, II).

A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão. Trata-se de fundamento da República (art. 1º, III).

A **alternativa C** é incorreta. Trata-se de objetivo (art. 3º, IV).

A **alternativa D** é incorreta. Trata-se de objetivo (art. 3º, I).

A **alternativa E** é incorreta. Trata-se de objetivo (art. 3º, III).

### 5. (CESPE/PGE-RJ/Técnico processual/2022) À luz dos dispositivos elencados na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte:

Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o repúdio ao racismo.

### Comentários

O repúdio ao racismo é princípio que rege as relações internacionais brasileiras (art. 4º, VIII), não objetivo. Assim, a assertiva está **Errada**.

### 6. (FCC/DPE-PB/Defensor Público/2022) Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em:

- A) direito individual e coletivo.
- B) direito e garantia fundamental.
- C) fundamento da República.
- D) objetivo fundamental.
- E) princípio das relações internacionais.



## Comentários

A dignidade humana é fundamento da República (art. 1º, III).

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

**7. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) Conforme expressamente previsto no art. 1.º da Constituição Federal de 1988, “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Além de elencar os princípios republicano e federativo, o referido dispositivo constitucional aponta como um dos princípios fundamentais da Lei Maior o denominado princípio do Estado democrático de direito. Considerando os princípios que fundamentam o Estado brasileiro e aspectos relacionados a esse assunto, assinale a opção correta:**

A) Com o surgimento do liberalismo, os Estados passaram a ser criados por meio de constituições escritas, com fixação de mecanismos de repartição e limitação do poder estatal, dando-se especial atenção à proteção do indivíduo contra eventuais arbitrariedades; passou a ser comum aos Estados modernos a edição de normas estabelecidas tanto pela constituição quanto pelos diplomas infraconstitucionais, não apenas para reger as relações entre os particulares, mas também para vincular a atuação dos agentes públicos. Assim, é correto afirmar que o Estado de direito pode ser conceituado, sinteticamente, como aquele que se mantém baseado no império das leis.

B) O Brasil é uma Federação, mas, em razão de dispor de soberania, pela classificação dada pela doutrina, é considerado um Estado unitário. Nesse modelo de classificação, compreende-se a existência de um único ente estatal, com centralização política, conforme se depreende do dispositivo constitucional que prevê que Brasília é a capital federal, onde está situado o Congresso Nacional, órgão responsável por centralizar as decisões políticas.

C) A democracia direta pode ser considerada como aquela em que os representantes do povo tomam diretamente as decisões que consideram adequadas para consubstanciar o interesse público. Era o sistema de democracia adotado na Grécia antiga, em que os representantes dos cidadãos reuniam-se em assembleia com o objetivo de decidir sobre temas de interesse da polis.

D) A democracia indireta pode ser considerada como aquela em que o povo exerce sua soberania por meio do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, conforme previsto no art. 14 da Constituição Federal de 1988. A participação popular, nesse caso, é de fundamental importância para que o Estado legitime suas decisões, efetivadas posteriormente pela administração pública, por intermédio de seus agentes.

E) A democracia semidireta é considerada pela doutrina pátria como aquela que surge da atuação do Supremo Tribunal Federal, tendo como base o art. 102 da Constituição Federal de 1988, quando seus ministros adotam decisões diante de um caso concreto no chamado ativismo judicial. Nessas condições, o STF passa a ter protagonismo com o escopo de buscar efetividade para as normas constitucionais, pois seus ministros são os principais responsáveis pela guarda da Constituição.

## Comentários



A **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão. O Estado de Direito é aquele que se fundamenta no império da Constituição e das leis. Trata-se de forma de Estado que surgiu com as revoluções americana e francesa, nas quais surgiram Constituições com previsão de direitos fundamentais do cidadão em face do Estado, direitos de 1ª geração.

A **alternativa B** é incorreta. O Brasil não é Estado unitário, e sim Estado federado. Estado unitário é aquele que não tem divisão interna do poder central. Tanto o Estado unitário quanto o federado são dotados de soberania centralizada.

A **alternativa C** é incorreta. Na democracia direta são os próprios cidadãos que tomam as decisões políticas, e não os representantes.

A **alternativa D** é incorreta. Democracia indireta é aquela em que representantes populares tomam as decisões políticas.

A **alternativa E** é incorreta. Democracia semidireta é aquela que prevê tanto mecanismos de democracia direta quanto de indireta.

## 8. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Em relação à propriedade no ordenamento constitucional brasileiro:

- a) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, poderá ser penhorada para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- b) A função social da propriedade está circunscrita aos imóveis urbanos.
- c) O direito de propriedade em território nacional se restringe aos brasileiros natos.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- e) Ao poder público é vedado praticar atos de intervenção na propriedade privada.

### Comentários

**Alternativa A** incorreta. A pequena propriedade rural trabalhada pela família é impenhorável em relação aos débitos decorrentes da atividade produtiva:

Art. 5º, XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, **não será** objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

A **alternativa B** é incorreta. Toda propriedade deve atender a sua função social:

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;



A **alternativa C** é incorreta. Os direitos previstos no art. 5º protegem, expressamente, brasileiros e estrangeiros residentes no País. O entendimento prevalecente na doutrina e na jurisprudência é no sentido de que os direitos também protegem os estrangeiros, mesmo que não residentes no Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

A **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão. O poder público tem poder de requisição nos casos de iminente perigo público. O proprietário será indenizado posteriormente no caso de dano:

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

A **alternativa E** é incorreta. O poder público detém diversos instrumentos para a intervenção na propriedade, incluindo a requisição que nós mencionamos logo acima.

#### 9. (Vunesp/PC-SP/Delegado/2022) A garantia constitucional da liberdade de locomoção:

- A) abrange apenas os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil.
- B) abrange o direito de permanência no território nacional.
- C) é norma constitucional de aplicabilidade imediata, direta e integral.
- D) pode ser tutelada por meio do recurso de habeas corpus.
- E) não abrange o direito de saída de não residentes no país.

#### Comentários

A **alternativa A** é incorreta. Os direitos previstos no art. 5º protegem, expressamente, brasileiros e estrangeiros residentes no País. O entendimento prevalecente na doutrina e na jurisprudência é no sentido de que os direitos também protegem os estrangeiros, mesmo que não residentes no Brasil:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão. A liberdade de locomoção deve abranger o direito de permanência no direito nacional. Não faria sentido exigir o movimento das pessoas:

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

A **alternativa C** é incorreta. A liberdade de locomoção não tem aplicação integral, pois ela se refere apenas ao tempo de paz.



A **alternativa D** é incorreta. É errado dizer que o habeas corpus é um recurso. O habeas corpus é uma ação autônoma de impugnação.

A **alternativa E** é incorreta. A liberdade de locomoção inclui o direito de sair do país.

**10. (FGV/Sefaz-AM/Auditor de Finanças e Controle/2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.**

**Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é :**

- A) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- B) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- C) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- D) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- E) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

### Comentários

A todas as pessoas é assegurado o direito de petição perante o Poder Público. O direito de petição é o direito de formular queixas relativas a pretensão individual ou coletiva.

De acordo com a Constituição Federal, o direito de petição independe do pagamento de taxas:

art. 5º, XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

A impugnação de decisão administrativa configura manifestação do direito de petição, pois revela pretensão de revisão do ato impugnado. Tratando-se de petição, não é constitucional a exigência de pagamento de qualquer valor para o peticionamento.

Esse entendimento está consolidado na Súmula Vinculante n. 21:



**Súmula Vinculante 21** - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

Assim, a **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão.

11. (FGV/Sefaz-AM/Auditor de Finanças e Controle/2022) João, cientista político brasileiro, é ferrenho defensor da forma de governo monárquica e das ideias do Partido Político Alfa, que defende essa forma de governo. Por tal razão, é infenso à organização das estruturas estatais de poder com base em ideais republicanos, especialmente em relação à forma de provimento dos cargos afetos à Chefia do Poder Executivo nas distintas esferas de governo. Ao ser editada a Lei federal nº XX, que impôs à generalidade dos adultos, excetuados aqueles que apresentassem algum óbice de ordem física ou psíquica, a obrigação de desempenhar determinada atividade de interesse público em um curto período de tempo, João redigiu um alentado manifesto e negou-se a cumprir a obrigação legal.

**Nessa situação, João agiu de modo:**

- A) lícito, mas deve cumprir a prestação alternativa que estiver fixada em lei.
- B) ilícito, pois ninguém pode deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- C) lícito, pois ninguém pode ser compelido a exercer uma função pública contra a sua vontade.
- D) ilícito, pois apenas por motivo de crença religiosa poderia deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- E) lícito, pois a todos é assegurado o direito de não cumprir obrigação legal de caráter geral, desde que seja cumprida prestação alternativa fixada em regulamento.

### Comentários

Em primeiro lugar, observe-se que a lei questão impôs obrigação geral a todos os adultos.

Em relação a esse tipo de obrigação, a Constituição garante o exercício da escusa de consciência, consistente na recusa ao cumprimento da obrigação em razão de motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política.

Todavia, em caso de exercício da escusa, o interessado deve cumprir prestação alternativa:

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Assim, João pode se escusar de cumprir a obrigação em razão de sua convicção política, no entanto, ele deverá cumprir prestação alternativa.

Assim, a **alternativa A** é correta e é o gabarito da questão.



**12. (FGV/Sefaz-AM/Assistente Administrativo/2022) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.**

**O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro:**

- A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- E) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

### Comentários

A Constituição Federal proíbe a prisão civil por dívida, admitindo-a, no entanto, em caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia:

Art. 5º LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Ocorre que o Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica, a qual veda a prisão do depositário infiel. Entende o Supremo Tribunal Federal que esse Pacto tem natureza de norma supralegal, assim, não pode uma lei ordinária estabelecer a prisão do depositário infiel, de forma que o comando constitucional não poderá ser levado a efeito.

Assim, embora a Constituição autorize a prisão do depositário infiel, não pode uma lei estabelecer essa possibilidade, de forma que não é mais possível a prisão do depositário infiel.

Persiste a possibilidade de prisão civil por dívida, que está prevista no Código de Processo Civil.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

**13. (CESPE/PGE-RJ/Técnico Processual/2022) Julgue o item que se segue, pertinentes à organização político-administrativa do Estado e aos direitos e garantias constitucionais.**

**Para satisfazer a exigência constitucional de prévio aviso relativamente ao direito de reunião, o grupo interessado em realizar manifestação em local público poderá divulgá-la nas redes sociais, sem a necessidade de uma notificação formal aos órgãos públicos, desde que a veiculação da informação permita ao poder público zelar para que o exercício do referido direito se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.**



## Comentários

A Constituição Federal prevê o direito de reunião pacífica, exigindo apenas que não se frustre outra reunião anteriormente convocada e que haja prévio aviso à autoridade competente:

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

No tocante ao aviso, entende o Supremo Tribunal Federal que ele não precisa ser formal, bastando o anúncio público em redes sociais para que as autoridades tenham conhecimento. Veja o teor da manifestação do Tribunal:

Para satisfazer a exigência constitucional de prévio aviso relativamente ao direito de reunião, o grupo interessado em realizar manifestação em local público poderá divulgá-la nas redes sociais, sem a necessidade de uma notificação formal aos órgãos públicos, desde que a veiculação da informação permita ao poder público zelar para que o exercício do referido direito se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local. (STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 806339 SE)

Assim, a assertiva está **Certa**.

### 14. (FAURGS/SES-RS/Sociólogo/2022) Assinale a alternativa correta em relação ao disposto no artigo 5º da Constituição da República.

- A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante prévia indenização ao proprietário.
- C) As associações só poderão ter suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- E) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

## Comentários

A **alternativa A** é incorreta. Conforme a Constituição Federal, o crime de racismo deve ser sujeito à pena de reclusão, não de detenção:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;



A **alternativa B** é incorreta. O poder de requisição não depende de prévia indenização. Só haverá indenização posterior, constatado dano:

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

A **alternativa C** é incorreta. Tanto a dissolução compulsória quanto a suspensão da atividade de associação dependem de decisão judicial. No entanto, a Constituição Federal exige o trânsito em julgado apenas para a dissolução compulsória, não para a suspensão:

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

A **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão. A alternativa expressa corretamente a garantia da casa como asilo inviolável e as correspondentes exceções:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A **alternativa E** é incorreta. É vedado o anonimato:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

**15. (FGV/TCU/Auditor Federal de Controle Externo/2022) XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluíra há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se retirar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.**

**O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:**

- A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;
- B) não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- C) somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- D) sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- E) a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.



## Comentários

O direito à liberdade de expressão contempla o direito de relatar fatos tal como percebidos por uma pessoa, mesmo que os fatos constituam a vida de outra pessoa. Assim, é plenamente compatível com a liberdade de expressão o direito à publicação de biografias independentemente do consentimento do biografado ou de seus familiares.

Esse entendimento foi firmado pelo Supremo nos seguintes termos:

“É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes”.

STF. Plenário. ADI 4815/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 10/6/2015 (Info 789).

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

Observe-se, todavia, que se surgir algum dano à honra em razão da publicação da biografia, este deverá ser indenizado, pois o direito à publicação não contempla o direito de provocar lesão a qualquer direito.

### 16. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

A) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.

B) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formatação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

C) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.

D) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

E) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.



## Comentários

A **alternativa A** é incorreta. A igualdade entre homens e mulheres é a igualdade formal. Admite-se a previsão de medidas protetivas em favor das mulheres a fim de compensar a sua maior vulnerabilidade.

A **alternativa B** é incorreta. Todos os Poderes da República estão compelidos a cumprir os princípios constitucionais, dentre eles o da legalidade.

A **alternativa C** é incorreta. Idem à alternativa B.

A **alternativa D** é incorreta. Só são admissíveis medidas de desequiparação entre pessoas com fundamento em algum critério que justifique a medida de forma razoável.

A **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão. Os particulares também estão jungidos ao cumprimento do princípio da igualdade. Em caso de violação, os particulares poderão ser responsabilizados.

**17. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) O caput do art. 5.º, iniciando o Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos e garantias fundamentais, estabelece, de forma expressa, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil determinados direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta:**

A) Embora o ordenamento jurídico estabeleça que as pessoas jurídicas são detentoras de personalidade jurídica, o texto constitucional garante a plenitude de direitos apenas às pessoas físicas. Sendo assim, as pessoas jurídicas têm seus direitos garantidos apenas com base na legislação infraconstitucional.

B) O texto constitucional é claro ao prever que apenas os estrangeiros residentes no Brasil dispõem de todos os direitos garantidos aos brasileiros. Assim, os estrangeiros não residentes no Brasil estarão submetidos apenas ao ordenamento jurídico de seu país de origem.

C) Os direitos e garantias fundamentais destinam-se à proteção do ser humano em sua totalidade. Assim, uma interpretação teleológica e lógico-sistemática permite afirmar que os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários não apenas os brasileiros, mas também os estrangeiros, residentes ou não no Brasil, e apátridas, caso se encontrem dentro do território nacional.

D) Decisão recente do Supremo Tribunal Federal reconhece como beneficiários dos direitos e garantias fundamentais acolhidos pela Constituição Federal de 1988 não somente os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, mas também os estrangeiros de passagem pelo território brasileiro, desde que haja, nesse caso, tratado internacional entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro, para que ele tenha preservados seus direitos.

E) Uma análise sistematizada do texto constitucional permite afirmar que os estrangeiros não residentes no Brasil são detentores de direitos, limitados, no entanto, àqueles que dizem respeito à vida e à integridade física, em razão do que dispõe o inciso III do art. 1.º da Carta Política, ao tratar da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

## Comentários

Como os direitos previstos na Constituição Federal visam à proteção da pessoa humana como tal, e não apenas a proteção dos brasileiros, a interpretação que mais se coaduna com a Constituição é aquela segundo



a qual os direitos constitucionais são extensivos aos estrangeiros, ainda que o texto expresso da Constituição disponha que os direitos e garantias envolvem apenas os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Da mesma forma, apátridas, que são as pessoas sem nacionalidade, estão contempladas na previsão constitucional.

Assim, a **alternativa C** é correta e é o gabarito da questão.

**18. (CESPE/PC-PB/Delegado/2022) Suponha que, em determinada operação policial, entenda ser necessária a entrada forçada em domicílio de determinada pessoa, com a realização de busca e apreensão, no período noturno, sem mandado judicial, por supostamente estar ocorrendo situação de flagrante delito. Nessa situação, as razões para a entrada domiciliar devem ser justificadas:**

A) a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

B) a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, e os atos praticados serão considerados nulos.

C) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, os atos praticados serão considerados nulos, e a autoridade policial deverá responder disciplinarmente, mas não na esfera civil ou penal.

D) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, a autoridade policial deverá responder civil e penalmente, ainda que os atos praticados sejam considerados válidos.

E) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

### Comentários

Conforme a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável, não sendo possível o ingresso sem o consentimento do morador. Admite-se o ingresso forçado em algumas situações excepcionais, dentre as quais a situação de flagrante delito:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

De acordo com o entendimento que se firmou no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o ingresso em uma casa por policiais fundado em razão de cometimento de flagrante delito deve ser motivado após a medida (*a posteriori*), já que a situação de flagrante exige atuação medida, o que não pode aguardar o cumprimento de formalidades procedimentais, sob pena de se autorizar a consecução de eventual crime.

Se os motivos expostos pelos policiais para o ingresso forem considerados insuficientes, a medida de ingresso será considerada inválida e eventuais provas obtidas a partir desse ato serão inválidas. Além disso, os policiais responsáveis pela medida poderão ser responsabilizados.

Eis o precedente:



A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas “a posteriori”, que indiquem que DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados. STF. Plenário. RE 603616/RO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 4 e 5/11/2015 (repercussão geral) (Info 806).

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

**19. (CESPE/PC-PB/Delegado/2022) Suponha que determinado canal na internet esteja divulgando a história de um crime que tenha ocorrido, em município brasileiro, há mais de 50 anos. Suponha, ainda, que a informação acerca desse fato verídico tenha sido lícitamente obtida e divulgada e que o condenado pelo crime ajuíze ação na qual solicite a suspensão da divulgação do fato, alegando ter direito constitucional ao esquecimento. Nessa situação, a referida alegação é:**

- A) procedente, pois o referido direito embasa-se na proteção da honra individual.
- B) improcedente, pois a ideia de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.
- C) procedente, visto que o referido direito justifica-se pela proteção da imagem da pessoa.
- D) procedente, dado o princípio da inviolabilidade da privacidade humana.
- E) improcedente, visto que os parâmetros constitucionais não incluem a proteção da personalidade em geral.

### Comentários

A tese do direito ao esquecimento é a tese segundo a qual não mais deveriam ser divulgados fatos desabonadores à conduta de uma pessoa, ainda que verdadeiros, após significativo lapso temporal.

Ocorre que essa interpretação importa em limitação da liberdade de expressão, pois eventual reconhecimento do direito ao esquecimento importaria em impedir a divulgação de fatos de interesse público.

Também o direito à informação sobre fatos de interesse público se vê limitado pela medida.

O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que é incompatível com a Constituição a ideia de direito ao esquecimento pois essa prerrogativa implicaria à liberdade de expressão e de informação. Os eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão devem ser avaliados caso a caso, mas não é possível impedir, *a priori*, a divulgação de certos fatos. Veja:

**O ordenamento jurídico brasileiro não consagra o denominado direito ao esquecimento. É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento**, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais – especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral – e as expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e



cível. STF. Plenário. RE 1010606/RJ, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 11/2/2021 (Repercussão Geral – Tema 786) (Info 1005).

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

**20. (FEPESE/Florianópolis/Procurador/2022) Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Constituição Federal de 1988, na doutrina e na jurisprudência constitucional:**

- 1. O princípio da igualdade consagra que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, devendo ser compreendido não apenas como igualdade formal (produto do liberalismo clássico), mas, principalmente, como igualdade material.**
- 2. A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial apenas é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.**
- 3. Segundo a doutrina, o princípio do devido processo legal substancial ou material irradia os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, também com status constitucional, que adotam como parâmetro três requisitos: necessidade; adequação e proporcionalidade em sentido estrito.**
- 4. A respeito do direito de propriedade, trata-se de um direito que não é absoluto, devendo atender à sua função social, nos limites constitucionais.**

**Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.**

- A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

### Comentários

A **assertiva I** é correta. A compreensão moderna do princípio da igualdade é a que não lhe confere caráter estritamente formal, antes lhe dá eficácia material como mecanismo que visa corrigir distorções fáticas presentes na sociedade.

A **assertiva II** é correta. Conforme a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável, não sendo possível o ingresso sem o consentimento do morador. Admite-se o ingresso forçado em algumas situações excepcionais, dentre as quais a situação de flagrante delito:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)



De acordo com o entendimento que se firmou no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o ingresso em uma casa por policiais fundado em razão de cometimento de flagrante delito deve ser motivado após a medida (*a posteriori*), já que a situação de flagrante exige atuação medida, o que não pode aguardar o cumprimento de formalidades procedimentais, sob pena de se autorizar a consecução de eventual crime.

Se os motivos expostos pelos policiais para o ingresso forem considerados insuficientes, a medida de ingresso será considerada inválida e eventuais provas obtidas a partir desse ato serão inválidas. Além disso, os policiais responsáveis pela medida poderão ser responsabilizados.

Eis o precedente:

A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas “a posteriori”, que indiquem que DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados. STF. Plenário. RE 603616/RO, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 4 e 5/11/2015 (repercussão geral) (Info 806).

A **assertiva III** é correta. O devido processo legal, tomado em sentido substancial, implica a adoção do postulado da proporcionalidade como máxima que deve ser observada pelas medidas do poder público. O princípio da proporcionalidade compreende três etapas de análise: necessidade; adequação e proporcionalidade em sentido estrito.

A **assertiva IV** é correta. O direito de propriedade não autoriza o cometimento de abusos. A propriedade deve respeitar uma função social mínima exigida de todos.

Como todas as assertivas estão corretas, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

## 21. (CESPE/SEE-PE/Assistente Administrativo Educacional/2022) Acerca dos princípios da administração pública, de sua organização e controle, julgue o item que se segue.

**O proponente de ação de mandado de segurança contra ato da administração pública denomina-se impetrante e, por se tratar de garantia de direito fundamental individual, apenas pessoa física pode impetrá-lo.**

### Comentários

Quanto às ações constitucionais, é possível denominar o autor da ação tanto autor, simplesmente, quanto impetrante.

O mandado de segurança é instrumento voltado a coibir abusos manifestos da administração público, protegendo direito líquido e certo do impetrante.

Trata-se de garantia fundamental prevista no art. 5º.



No entanto, a sua aplicação não é restrita às pessoas físicas. Também as pessoas jurídicas gozam de proteção constitucional, pois constituem mecanismo de exercício da liberdade humana. Assim, nada impede a impetração de mandado de segurança por pessoa jurídica.

Dessa forma, a assertiva está **Errada**.

## 22. (CESPE/PC-ES/Delegado/2022) Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais.

- A) A existência de denúncia anônima da prática de tráfico de drogas configura fundada razão a autorizar o ingresso policial no domicílio do denunciado sem o seu consentimento ou sem determinação judicial.
- B) É vedado ao Poder Judiciário impor à administração pública obrigação de executar obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, em razão do postulado da reserva do possível.
- C) É inconstitucional o compartilhamento, sem autorização judicial, de procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com a polícia.
- D) A omissão injustificada da administração pública em providenciar a disponibilização de banho quente nos estabelecimentos prisionais fere a dignidade dos presos sob sua custódia.
- E) Veículo de imprensa não possui direito líquido e certo a obter dados públicos sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais.

### Comentários

A **alternativa A** é incorreta. A denúncia anônima, por si só, não justifica o ingresso em domicílio sem o consentimento do morador. É necessário que a polícia faça uma apuração preliminar das informações narradas antes de proceder ao ingresso em domicílio. Há precedente do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

A existência de denúncia anônima da prática de tráfico de drogas somada à fuga do acusado ao avistar a polícia, por si só, não configuram fundadas razões a autorizar o ingresso policial no domicílio do acusado sem o seu consentimento ou sem determinação judicial.

STJ. 5ª Turma. RHC 89853-SP, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 18/02/2020 (Info 666).

A **alternativa B** é incorreta. O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede qualquer vedação ao conhecimento de qualquer pretensão pelo Poder Judiciário, mesmo que a pretensão se refira a órgão administrativo. O Poder Judiciário pode conhecer de ações que visem a correção de abusos cometidos em estabelecimentos prisionais. Além disso, o Poder Judiciário tem autoridade própria para determinar a correção dos abusos, não socorrendo a Administração a alegação de reserva do possível, pois o Poder Executivo deve dar cumprimento aos direitos constitucionais. Veja o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos



prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da CF, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.

STF. Plenário. RE 592581/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 13/8/2015 (repercussão geral) (Info 794).

A **alternativa C** é incorreta. Os órgãos da Administração tributária podem compartilhar informações com os órgãos de polícia a respeito de possíveis ilícitos verificados nas investigações sob sua alçada. Ainda que os dados obtidos pela Administração estejam sob sigilo, é possível o compartilhamento desde que seja instaurado procedimento formal em que seja garantida a observância do sigilo, sendo que os órgãos de polícia devem se comprometer a manter o sigilo:

2. O compartilhamento pela UIF\* e pela RFB, referente ao item anterior, deve ser feito unicamente por meio de comunicações formais, com garantia de sigilo, certificação do destinatário e estabelecimento de instrumentos efetivos de apuração e correção de eventuais desvios. STF. Plenário. RE 1055941/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 4/12/2019 (repercussão geral – Tema 990) (Info 962).

A **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão. O STJ analisou a questão referente ao fornecimento de água quente em estabelecimentos prisionais. O entendimento que se firmou é no sentido de que o respeito à dignidade humana dos prisioneiros requer o aprovisionamento de elementos essenciais para a vida humana, sendo que o Tribunal entendeu que o fornecimento de água quente é essencial:

**A omissão injustificada** da Administração em providenciar a disponibilização de banho quente nos estabelecimentos prisionais **fere a dignidade de presos sob sua custódia.**

A determinação de que o Estado forneça banho quente aos presos está relacionada com a dignidade da pessoa humana, naquilo que concerne à integridade física e mental a todos garantida.

O Estado tem a obrigação inafastável e imprescritível de tratar prisioneiros como pessoas, e não como animais.

O encarceramento configura pena de restrição do direito de liberdade, e não salvo-conduto para a aplicação de sanções extralegis e extrajudiciais, diretas ou indiretas.

Em presídios e lugares similares de confinamento, ampliam-se os deveres estatais de proteção da saúde pública e de exercício de medidas de assepsia pessoal e do ambiente, em razão do risco agravado de enfermidades, consequência da natureza fechada dos estabelecimentos, propícia à disseminação de patologias.

STJ. 2ª Turma. REsp 1537530-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 27/04/2017 (**Info 666**).



A **alternativa E** é incorreta. Os veículos de imprensa gozam da liberdade de informação e têm o direito de solicitar informações aos órgãos policiais a respeito de ocorrências:

Veículo de imprensa jornalística possui direito líquido e certo de obter dados públicos sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais.

STJ. 2ª Turma. REsp 1852629-SP, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 06/10/2020 (Info 682).

### 23. (FEPESE/Criciúma/Auditor Fiscal/2022) É correto afirmar de acordo com a Constituição Federal.

- A) Desde que comprovado não haver outros meios legais de produção de provas, serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- B) São gratuitas todos os atos necessários ao exercício da cidadania.
- C) Conceder-se-á habeas corpus sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- D) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- E) Caberá mandado de segurança coletivo para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

#### Comentários

A **alternativa A** é incorreta. São inadmissíveis as provas obtidas por meio ilícito:

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

A **alternativa B** é incorreta. O que a Constituição prevê é que poderá ser concedida gratuidade aos atos necessários ao exercício da cidadania, o que significa que a gratuidade desses atos depende de previsão legal:

LXXVII - são gratuitas as ações de "*habeas-corpus*" e "*habeas-data*", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

A **alternativa C** é incorreta. A alternativa traz o conceito de mandado de injunção na verdade:

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

A **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão. As normas que preveem direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, de acordo com o § 1º do art. 5º:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.



A **alternativa E** é incorreta. A retificação de dados é obtida por meio de habeas data, na verdade:

LXXII - conceder-se-á "*habeas-data*":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

**24. (FCC/DPE-AM/Analista jurídico/2022) O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal:**

- A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.
- B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
- D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

#### Comentários

A Constituição prevê expressamente o direito à assistência jurídica integral e gratuita no art. 5º:

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Esse direito constitui cláusula pétrea, pois não pode ser abolido por emenda constitucional.

Assim, a **alternativa E** é correta e é o gabarito da questão.

**25. (FCC/DPE-AM/Assistente técnico administrativo/2022) Quando o texto constitucional de 1988 assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, está se referindo ao princípio:**

- A) do contraditório e da ampla defesa.
- B) da legalidade.
- C) da isonomia.
- D) do devido processo legal.
- E) da inafastabilidade da jurisdição.

#### Comentários



De acordo com o princípio da legalidade, alguém só pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo por meio de lei.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

**26. (VUNESP/PC-SP/Delegado/2022) À luz da Constituição Federal, da doutrina pátria e do entendimento jurisprudencial consolidado, tendo em vista os mecanismos de proteção dos direitos fundamentais em procedimentos investigatórios comandados por delegados de polícia, é correto afirmar que:**

- A) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos constantes de inquérito policial, incluídas as informações concernentes a diligências investigatórias pendentes.
- B) o fornecimento recíproco de dados investigatórios e o intercâmbio de informações entre a Polícia Federal e as polícias estaduais são medidas que se legitimam em face do modelo constitucional de federalismo cooperativo.
- C) a autoridade policial pode negar vista do inquérito policial ao indiciado ou ao seu defensor, em feito que tramita sob sigredo de justiça.
- D) é possível que a autoridade policial impeça o acesso aos autos do inquérito policial por um dos interessados, objetivando assegurar o direito à intimidade dos demais investigados.
- E) a liberdade de informação jornalística legitima a utilização de informações sigilosas, obtidas por meios ilícitos, sobre inquéritos policiais em andamento.

### Comentários

A **alternativa A** é incorreta. O entendimento que se firmou no âmbito do Supremo Tribunal Federal é o de que é possível o acesso aos autos de procedimento de investigação pelo investigado ou pelo seu defensor, mas esse direito não abrange as diligências pendentes, pois autorizar o acesso implicaria interferência na atividade própria de polícia:

Súmula Vinculante 14: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão. Federalismo cooperativo significa que os diversos entes federados devem colaborar entre si na consecução dos objetivos constitucionais. Essa cooperação inclui o compartilhamento relativo a informações investigatórias, já que esse compartilhamento propicia a celeridade da investigação e promove o cumprimento do mister dos órgãos de polícia.

A **alternativa C** é incorreta. O sigredo de justiça não se aplica em relação ao próprio investigado e ao seu defensor devidamente constituído.

A **alternativa D** é incorreta. Idem à alternativa C.



A **alternativa E** é incorreta. Todos os direitos constitucionais devem ser interpretados de forma harmônica. Não é admissível que a liberdade de informação venha a infringir o sigilo de investigação policial violado de forma ilícita.

**27. (VUNESP/PC-SP/Delegado/2022) Nos termos do inciso II, do artigo 12-C, da Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca. À luz da Constituição da República, é correto afirmar que:**

A) o ingresso no domicílio sem o consentimento do morador só pode ocorrer em caso de flagrante delito ou, durante o dia, mediante autorização judicial, razão pela qual o dispositivo enunciado, ao tratar de hipóteses de risco, é inconstitucional.

B) a autorização legal para que delegados de polícia atuem para interromper o ciclo de violência doméstica não viola a prerrogativa constitucional do Judiciário de decretar medidas cautelares.

C) o afastamento do suposto agressor pelo delegado de polícia, na hipótese legal descrita pelo enunciado, é inconstitucional por ofensa ao postulado normativo do devido processo legal.

D) o dispositivo cria hipótese legal para que o delegado pratique atos de competência privativa do Poder Judiciário, com ofensa ao princípio da reserva de jurisdição e da inviolabilidade do domicílio.

E) a Constituição permite a invasão do lar somente mediante prévia autorização judicial, em decorrência da garantia de inviolabilidade do domicílio.

### Comentários

Conforme a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável, não sendo possível o ingresso sem o consentimento do morador. Admite-se o ingresso forçado em algumas situações excepcionais, dentre as quais a situação de flagrante delito:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; *(Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)*

A situação retratada pelo dispositivo mencionado na questão claramente corresponde à noção de flagrante, já que há risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar.

Outro ponto importante diz respeito à competência dos agentes de polícia para determinar o cumprimento de medida cautelar, consistente no afastamento do agressor do lar.

Em regra, as medidas cautelares só podem ser deferidas pelo Poder Judiciário, no entanto, o entendimento que se firmou no âmbito do Supremo Tribunal Federal é o de que é possível que os agentes de polícia ajam supletivamente ao Poder Judiciário. Quer dizer, naquela situação específica em que se exige a tomada de



medida de pronto, é possível que os agentes de polícia determinem medida cautelar, pois se trata de situação emergencial. De todo modo, caberá ao juiz, posteriormente, ratificar ou não a medida.

Eis o precedente do Supremo:

É válida a atuação supletiva e excepcional de delegados de polícia e de policiais a fim de afastar o agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, quando constatado risco atual ou iminente à vida ou à integridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, conforme o art. 12-C inserido na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

STF. Plenário. ADI 6138/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 23/3/2022 (Info 1048).

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

**28. (FCC/DPE-CE /Defensor Público/2022) Um dispositivo constitucional preconiza que a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso. Entretanto, até o presente momento, não foi criada referida lei regulamentadora. Diante desta omissão, a Defensoria Pública tem legitimidade para ajuizar:**

A) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou para a propositura de mandado de injunção coletivo, por falta de disposição legal expressa.

B) mandado de injunção coletivo a fim de buscar suprir a omissão em relação a todos os necessitados, sem prejuízo da representação individual em mandados de injunção de cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

C) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou para a propositura de mandado de injunção coletiva neste caso, uma vez que, embora tenha disposição expressa de sua legitimidade, esta se limita aos direitos coletivos stricto sensu.

D) tanto ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou como mandado de injunção coletivo a fim de buscar suprir a omissão em relação a todos os necessitados, sem prejuízo da representação individual em mandados de injunção de cada um dos interessados.

E) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão e tampouco para a propositura de mandado de injunção coletivo, pois tal remédio constitucional somente admite a propositura pelo indivíduo diretamente interessado.

## Comentários

O instrumento apropriado para compelir o Poder Público a regulamentar dispositivo constitucional é o mandado de injunção:



LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Importa saber também que a lei que regulamenta o mandado de injunção, Lei n. 13.300/2016, prevê a possibilidade de impetração individual ou coletiva e que, dentre os legitimados coletivos, está a Defensoria Pública.

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

**IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal .**

Além disso, é preciso saber que a Defensoria Pública não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, pois não consta do rol de legitimados previsto na Constituição:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)* *(Vide Lei nº 13.105, de 2015)* *(Vigência)*

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)*

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Assim, a **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

**29. (AOC/DF/Policial Penal/2022) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item subsequente.**



Caio, criminoso habitual, durante o repouso noturno em sua residência, sentindo sintomas iniciais de um ataque cardíaco, grita por socorro. Jair, policial penal, que passava por ocasião em frente à casa de Caio no momento dos gritos, ingressa na residência, sem o seu consentimento, com a finalidade de prestar o socorro. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o comportamento de Jair foi lícito, pois é permitido o ingresso em compartimento habitado, mesmo sem o consentimento do morador, independentemente do horário, para fins de socorro.

#### Comentários

Conforme a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável, não sendo possível o ingresso sem o consentimento do morador. Admite-se o ingresso forçado em algumas situações excepcionais, dentre as quais quando for necessário prestar socorro:

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Como o policial ingressou na moradia com a intenção de prestar socorro, é lícito o seu comportamento, mesmo que no horário noturno. Assim, a assertiva está **Certa**.

**30. (AOC/DF/Policial Penal/2022) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item subsequente.**

Com fundamento no caráter laico do Estado, o Deputado Distrital José apresentou projeto de lei visando proibir a prestação de assistência religiosa nas unidades prisionais do Distrito Federal (DF). Nesse caso, o projeto de lei pode ser considerado como compatível com a Constituição Federal (CF), pois a laicidade do Estado veda a prestação de assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais.

#### Comentários

A Constituição Federal assegura a prestação de assistência religiosa em estabelecimentos de internação coletiva:

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

Lei não pode limitar essa garantia constitucional sob pena de inconstitucionalidade. Assim, a assertiva está **Errada**.

**31. (FGV/SEFAZ-AM/Auditor de finanças e controle do tesouro estadual/2022) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.**



Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada.

O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é:

- A) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- B) o mandado de segurança.
- C) o direito de petição.
- D) o habeas data.
- E) a reclamação.

### Comentários

O meio apropriado para a pretensão de retificar registro mantido em banco de dados público é o habeas data:

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Assim, a **alternativa D** é correta e é o gabarito da questão.

**32. (Inédita/2022) Sobre os direitos dos negros previstos na Constituição do Estado da Bahia, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) a sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira.
- B) países que mantenham política oficial de discriminação racial não podem ser admitidos na participação, ainda que indireta, através de empresas neles sediadas, em qualquer processo licitatório da Administração Pública direta ou indireta.
- C) nas publicidades estaduais com mais de duas pessoas, ao menos uma deve ser de raça negra.
- D) não há previsão de inclusão nos cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores de conteúdo referente à participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.
- E) o dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra.



## Comentários

A **alternativa A** é correta. É o que prevê o art. 286 da Constituição estadual.

A **alternativa B** é correta. Trata-se de previsão constante do art. 287, I, da Constituição estadual.

A **alternativa C** é correta, conforme o art. 289 da Constituição estadual.

A **alternativa D** é incorreta e é o gabarito da questão. Há previsão expressa de inclusão de conteúdo programático referente à participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira nos cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores.

A **alternativa E** é correta, conforme prevê o art. 290.

### **33. (Inédita/2022) Sobre os direitos dos indígenas previstos na Constituição do Estado da Bahia, assinale a alternativa INCORRETA:**

A) o Estado deve preservar os recursos naturais situados fora das terras indígenas cuja deterioração ou destruição possa prejudicar o ecossistema e a sobrevivências biológica, social e cultural dos índios.

B) o Estado deve fornecer acesso à água em favor dos indígenas quando as suas terras forem escassas em recursos hídricos, acesso que será prestado sem ônus para os índios.

C) será incluído no currículo das escolas públicas e privadas, de 1º e 2º graus, o estudo da cultura e história do Índio.

D) Decreto estadual deverá criar, perante os poderes Legislativo e Executivo, canais permanentes de comunicação com as lideranças legítimas, livremente emanadas dos povos e das organizações indígenas.

E) no caso de retirada de posseiros de terras indígenas, o Estado deve facilitar a relocação dos posseiros não-índios em terras devolutas.

## Comentários

A **alternativa A** é correta. Trata-se de previsão do art. 291, § 1º.

A **alternativa B** é correta. Trata-se de previsão do art. 291, § 2º.

A **alternativa C** é correta. Trata-se de previsão do art. 291, § 3º.

A **alternativa D** é incorreta e é o gabarito da questão. É a lei que deve criar canais de participação dos povos indígenas perante o Legislativo e o Executivo, não decreto, conforme prevê o art. 291, § 4º.

A **alternativa E** é correta. Trata-se de previsão do art. 291, § 6º.

### **34. (NC-UFPR/PC-PR/Delegado/2021) Durante um acalorado debate motivado por questões políticas, X.X. afirmou, de dedo em riste, que Y.Y. era um “tremendo corrupto metido a santo, um baita de um hipócrita!”. Com base no exposto, é correto afirmar que X.X. cometeu o crime de:**

A) injúria preconceituosa.

B) injúria na forma simples.

C) difamação.

D) calúnia.



E) injúria real.

### Comentários

No caso, X.X. não acusou Y.Y. de praticar qualquer fato, de forma que podemos excluir os crimes de difamação e de calúnia.

No mais, o núcleo da injúria se refere à alegação de que Y.Y. seria um corrupto, portanto, não há elemento referente à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, portanto não se fala em injúria preconceituosa.

Por fim, o fato não foi cometido com emprego de violência ou vias de fato, o que exclui a configuração de injúria real.

Portanto, trata-se de crime de injúria simples. A **alternativa B** é correta e é o gabarito da questão.

## LISTA DE QUESTÕES

**1. (CESPE/PC-ES/Delegado/2022) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:**

- A) o valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- B) a solução pacífica dos conflitos.
- C) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a garantia do desenvolvimento nacional.

**2. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:**

- A) Liberdade de expressão.
- B) Pluralismo político.
- C) Prevalência dos direitos humanos.
- D) Liberdade de associação.
- E) Livre iniciativa.

**3. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Considere os seguintes itens:**

**I. a soberania.**



**II. a plenitude de defesa.**

**III. o pluralismo político.**

**IV. a inviolabilidade do domicílio.**

**São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de:**

- A) I e II, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

**4. (VUNESP/PC-SP/Escrivão/2022) Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem, entre outros, como fundamento:**

- A) a garantia do desenvolvimento nacional.
- B) a dignidade da pessoa humana.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e idade.
- D) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- E) a erradicação da pobreza e da marginalização.

**5. (CESPE/PGE-RJ/Técnico processual/2022) À luz dos dispositivos elencados na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte:**

Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o repúdio ao racismo.

**6. (FCC/DPE-PB/Defensor Público/2022) Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em:**

- A) direito individual e coletivo.
- B) direito e garantia fundamental.
- C) fundamento da República.



D) objetivo fundamental.

E) princípio das relações internacionais.

**7. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) Conforme expressamente previsto no art. 1.º da Constituição Federal de 1988, “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Além de elencar os princípios republicano e federativo, o referido dispositivo constitucional aponta como um dos princípios fundamentais da Lei Maior o denominado princípio do Estado democrático de direito. Considerando os princípios que fundamentam o Estado brasileiro e aspectos relacionados a esse assunto, assinale a opção correta:**

A) Com o surgimento do liberalismo, os Estados passaram a ser criados por meio de constituições escritas, com fixação de mecanismos de repartição e limitação do poder estatal, dando-se especial atenção à proteção do indivíduo contra eventuais arbitrariedades; passou a ser comum aos Estados modernos a edição de normas estabelecidas tanto pela constituição quanto pelos diplomas infraconstitucionais, não apenas para reger as relações entre os particulares, mas também para vincular a atuação dos agentes públicos. Assim, é correto afirmar que o Estado de direito pode ser conceituado, sinteticamente, como aquele que se mantém baseado no império das leis.

B) O Brasil é uma Federação, mas, em razão de dispor de soberania, pela classificação dada pela doutrina, é considerado um Estado unitário. Nesse modelo de classificação, compreende-se a existência de um único ente estatal, com centralização política, conforme se depreende do dispositivo constitucional que prevê que Brasília é a capital federal, onde está situado o Congresso Nacional, órgão responsável por centralizar as decisões políticas.

C) A democracia direta pode ser considerada como aquela em que os representantes do povo tomam diretamente as decisões que consideram adequadas para consubstanciar o interesse público. Era o sistema de democracia adotado na Grécia antiga, em que os representantes dos cidadãos reuniam-se em assembleia com o objetivo de decidir sobre temas de interesse da polis.

D) A democracia indireta pode ser considerada como aquela em que o povo exerce sua soberania por meio do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, conforme previsto no art. 14 da Constituição Federal de 1988. A participação popular, nesse caso, é de fundamental importância para que o Estado legitime suas decisões, efetivadas posteriormente pela administração pública, por intermédio de seus agentes.

E) A democracia semidireta é considerada pela doutrina pátria como aquela que surge da atuação do Supremo Tribunal Federal, tendo como base o art. 102 da Constituição Federal de 1988, quando seus ministros adotam decisões diante de um caso concreto no chamado ativismo judicial. Nessas condições, o STF passa a ter protagonismo com o escopo de buscar efetividade para as normas constitucionais, pois seus ministros são os principais responsáveis pela guarda da Constituição.

**8. (FCC/DPE-AM/Assistente Técnico/2022) Em relação à propriedade no ordenamento constitucional brasileiro:**



- a) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, poderá ser penhorada para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- b) A função social da propriedade está circunscrita aos imóveis urbanos.
- c) O direito de propriedade em território nacional se restringe aos brasileiros natos.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- e) Ao poder público é vedado praticar atos de intervenção na propriedade privada.

**9. (Vunesp/PC-SP/Delegado/2022) A garantia constitucional da liberdade de locomoção:**

- A) abrange apenas os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil.
- B) abrange o direito de permanência no território nacional.
- C) é norma constitucional de aplicabilidade imediata, direta e integral.
- D) pode ser tutelada por meio do recurso de habeas corpus.
- E) não abrange o direito de saída de não residentes no país.

**10. (FGV/Sefaz-AM/Auditor de Finanças e Controle/2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, foi editada com o objetivo de disseminar responsabilidade no manejo dos recursos administrativos pela população em geral, o que se devia à alarmante estatística de que 90% das irresignações eram infundadas. Para tanto, exigiu que, nos processos administrativos em que ocorresse a aplicação de multa aos administrados, a admissibilidade do recurso estava condicionada ao depósito prévio de 50% do valor da penalidade.**

**Irresignada com o teor da Lei nº XX, a Associação dos Comerciantes do Estado Alfa consultou um(a) advogado(a) a respeito da sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe respondido, corretamente, que o referido diploma normativo é :**

- A) inconstitucional, pois os processos administrativos são direcionados aos atos internos da Administração Pública, não podendo resultar em penalidades aos administrados.
- B) constitucional, caso o referido diploma normativo tenha assegurado a possibilidade de o depósito prévio ser substituído pelo arrolamento de bens.
- C) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre o processo administrativo estadual e a medida se ajusta ao princípio da proporcionalidade.
- D) inconstitucional, na medida em que o depósito prévio, nos recursos administrativos, afronta a gratuidade inerente ao direito de petição.
- E) constitucional, pois compete ao Estado instituir taxas e outras exações tributárias pelos serviços que presta.

**11. (FGV/Sefaz-AM/Auditor de Finanças e Controle/2022) João, cientista político brasileiro, é ferrenho defensor da forma de governo monárquica e das ideias do Partido Político Alfa, que defende essa forma**



de governo. Por tal razão, é infenso à organização das estruturas estatais de poder com base em ideais republicanos, especialmente em relação à forma de provimento dos cargos afetos à Chefia do Poder Executivo nas distintas esferas de governo. Ao ser editada a Lei federal nº XX, que impôs à generalidade dos adultos, excetuados aqueles que apresentassem algum óbice de ordem física ou psíquica, a obrigação de desempenhar determinada atividade de interesse público em um curto período de tempo, João redigiu um alentado manifesto e negou-se a cumprir a obrigação legal.

**Nessa situação, João agiu de modo:**

- A) lícito, mas deve cumprir a prestação alternativa que estiver fixada em lei.
- B) ilícito, pois ninguém pode deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- C) lícito, pois ninguém pode ser compelido a exercer uma função pública contra a sua vontade.
- D) ilícito, pois apenas por motivo de crença religiosa poderia deixar de cumprir obrigação legal de caráter geral.
- E) lícito, pois a todos é assegurado o direito de não cumprir obrigação legal de caráter geral, desde que seja cumprida prestação alternativa fixada em regulamento.

**12. (FGV/Sefaz-AM/Assistente Administrativo/2022) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, conseqüentemente, vir a ser preso.**

**O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro:**

- A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
- B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
- C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
- D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
- E) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

**13. (CESPE/PGE-RJ/Técnico Processual/2022) Julgue o item que se segue, pertinentes à organização político-administrativa do Estado e aos direitos e garantias constitucionais.**

Para satisfazer a exigência constitucional de prévio aviso relativamente ao direito de reunião, o grupo interessado em realizar manifestação em local público poderá divulgá-la nas redes sociais, sem a necessidade de uma notificação formal aos órgãos públicos, desde que a veiculação da informação permita ao poder público zelar para que o exercício do referido direito se dê de forma pacífica ou para que não frustrate outra reunião no mesmo local.



**14. (FAURGS/SES-RS/Sociólogo/2022) Assinale a alternativa correta em relação ao disposto no artigo 5º da Constituição da República.**

- A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante prévia indenização ao proprietário.
- C) As associações só poderão ter suas atividades compulsoriamente suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- D) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- E) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

**15. (FGV/TCU/Auditor Federal de Controle Externo/2022) XX, renomado escritor, decidiu elaborar uma ampla pesquisa a respeito da vida pessoal e profissional de conhecido político, o qual, além de estar vivo, concluíra há pouco o seu último mandato eletivo e resolvera se retirar da vida pública. Preocupado com as repercussões do livro que pretendia escrever, solicitou orientação de um advogado a respeito da necessidade, ou não, de obter a autorização do político ou, eventualmente, de seus familiares, caso ele viesse a falecer durante a elaboração da obra.**

**O advogado respondeu, corretamente, à luz da sistemática constitucional, que:**

- A) a autorização não é exigível, caso a publicação venha a ter caráter exclusivamente imparcial, sem críticas à pessoa e à obra do político;
- B) não dependerá de autorização do político ou mesmo de seus familiares, já que a liberdade de informação deve preponderar;
- C) somente dependerá de autorização caso o político esteja vivo quando da publicação, já que a intimidade é um direito personalíssimo;
- D) sempre dependerá de autorização, pois, como o político retirou-se da vida pública, a sua intimidade prepondera sobre o direito à informação;
- E) a autorização será exigida, ou não, conforme as características da obra, devendo ser sopesados os direitos à informação e à honra, observados os circunstancialismos do caso concreto.

**16. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:**

- A) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.
- B) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formatação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.



C) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.

D) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

E) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

**17. (CESPE/PC-RJ/Delegado/2022) O caput do art. 5.º, iniciando o Título II da Constituição Federal de 1988, referente aos direitos e garantias fundamentais, estabelece, de forma expressa, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil determinados direitos. A respeito desse assunto, assinale a opção correta:**

A) Embora o ordenamento jurídico estabeleça que as pessoas jurídicas são detentoras de personalidade jurídica, o texto constitucional garante a plenitude de direitos apenas às pessoas físicas. Sendo assim, as pessoas jurídicas têm seus direitos garantidos apenas com base na legislação infraconstitucional.

B) O texto constitucional é claro ao prever que apenas os estrangeiros residentes no Brasil dispõem de todos os direitos garantidos aos brasileiros. Assim, os estrangeiros não residentes no Brasil estarão submetidos apenas ao ordenamento jurídico de seu país de origem.

C) Os direitos e garantias fundamentais destinam-se à proteção do ser humano em sua totalidade. Assim, uma interpretação teleológica e lógico-sistemática permite afirmar que os direitos e garantias fundamentais têm como destinatários não apenas os brasileiros, mas também os estrangeiros, residentes ou não no Brasil, e apátridas, caso se encontrem dentro do território nacional.

D) Decisão recente do Supremo Tribunal Federal reconhece como beneficiários dos direitos e garantias fundamentais acolhidos pela Constituição Federal de 1988 não somente os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, mas também os estrangeiros de passagem pelo território brasileiro, desde que haja, nesse caso, tratado internacional entre o Brasil e o país de origem do estrangeiro, para que ele tenha preservados seus direitos.

E) Uma análise sistematizada do texto constitucional permite afirmar que os estrangeiros não residentes no Brasil são detentores de direitos, limitados, no entanto, àqueles que dizem respeito à vida e à integridade física, em razão do que dispõe o inciso III do art. 1.º da Carta Política, ao tratar da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil.

**18. (CESPE/PC-PB/Delegado/2022) Suponha que, em determinada operação policial, entenda ser necessária a entrada forçada em domicílio de determinada pessoa, com a realização de busca e apreensão, no período noturno, sem mandado judicial, por supostamente estar ocorrendo situação de flagrante delito. Nessa situação, as razões para a entrada domiciliar devem ser justificadas:**



- A) a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.
- B) a posteriori, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, e os atos praticados serão considerados nulos.
- C) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, os atos praticados serão considerados nulos, e a autoridade policial deverá responder disciplinarmente, mas não na esfera civil ou penal.
- D) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, a autoridade policial deverá responder civil e penalmente, ainda que os atos praticados sejam considerados válidos.
- E) antes da entrada, e, se consideradas ilícitas, haverá responsabilidade disciplinar, civil e penal da autoridade policial, embora os atos praticados sejam considerados válidos.

**19. (CESPE/PC-PB/Delegado/2022) Suponha que determinado canal na internet esteja divulgando a história de um crime que tenha ocorrido, em município brasileiro, há mais de 50 anos. Suponha, ainda, que a informação acerca desse fato verídico tenha sido lícitamente obtida e divulgada e que o condenado pelo crime ajuíze ação na qual solicite a suspensão da divulgação do fato, alegando ter direito constitucional ao esquecimento. Nessa situação, a referida alegação é:**

- A) procedente, pois o referido direito embasa-se na proteção da honra individual.
- B) improcedente, pois a ideia de um direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição.
- C) procedente, visto que o referido direito justifica-se pela proteção da imagem da pessoa.
- D) procedente, dado o princípio da inviolabilidade da privacidade humana.
- E) improcedente, visto que os parâmetros constitucionais não incluem a proteção da personalidade em geral.

**20. (FEPESE/Florianópolis/Procurador/2022) Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Constituição Federal de 1988, na doutrina e na jurisprudência constitucional:**

1. O princípio da igualdade consagra que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, devendo ser compreendido não apenas como igualdade formal (produto do liberalismo clássico), mas, principalmente, como igualdade material.
2. A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial apenas é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.
3. Segundo a doutrina, o princípio do devido processo legal substancial ou material irradia os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, também com status constitucional, que adotam como parâmetro três requisitos: necessidade; adequação e proporcionalidade em sentido estrito.
4. A respeito do direito de propriedade, trata-se de um direito que não é absoluto, devendo atender à sua função social, nos limites constitucionais.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.



- A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- C) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- D) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

**21. (CESPE/SEE-PE/Assistente Administrativo Educacional/2022) Acerca dos princípios da administração pública, de sua organização e controle, julgue o item que se segue.**

**O proponente de ação de mandado de segurança contra ato da administração pública denomina-se impetrante e, por se tratar de garantia de direito fundamental individual, apenas pessoa física pode impetrá-lo.**

**22. (CESPE/PC-ES/Delegado/2022) Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais.**

- A) A existência de denúncia anônima da prática de tráfico de drogas configura fundada razão a autorizar o ingresso policial no domicílio do denunciado sem o seu consentimento ou sem determinação judicial.
- B) É vedado ao Poder Judiciário impor à administração pública obrigação de executar obras emergenciais em estabelecimentos prisionais, em razão do postulado da reserva do possível.
- C) É inconstitucional o compartilhamento, sem autorização judicial, de procedimento fiscalizatório da Receita Federal do Brasil com a polícia.
- D) A omissão injustificada da administração pública em providenciar a disponibilização de banho quente nos estabelecimentos prisionais fere a dignidade dos presos sob sua custódia.
- E) Veículo de imprensa não possui direito líquido e certo a obter dados públicos sobre óbitos relacionados a ocorrências policiais.

**23. (FEPESE/Criciúma/Auditor Fiscal/2022) É correto afirmar de acordo com a Constituição Federal.**

- A) Desde que comprovado não haver outros meios legais de produção de provas, serão admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- B) São gratuitas todos os atos necessários ao exercício da cidadania.
- C) Conceder-se-á habeas corpus sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- D) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- E) Caberá mandado de segurança coletivo para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

**24. (FCC/DPE-AM/Analista jurídico/2022) O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal:**

- A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.



- B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
- D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.

**25. (FCC/DPE-AM/Assistente técnico administrativo/2022) Quando o texto constitucional de 1988 assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei, está se referindo ao princípio:**

- A) do contraditório e da ampla defesa.
- B) da legalidade.
- C) da isonomia.
- D) do devido processo legal.
- E) da inafastabilidade da jurisdição.

**26. (VUNESP/PC-SP/Delegado/2022) À luz da Constituição Federal, da doutrina pátria e do entendimento jurisprudencial consolidado, tendo em vista os mecanismos de proteção dos direitos fundamentais em procedimentos investigatórios comandados por delegados de polícia, é correto afirmar que:**

- A) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos constantes de inquérito policial, incluídas as informações concernentes a diligências investigatórias pendentes.
- B) o fornecimento recíproco de dados investigatórios e o intercâmbio de informações entre a Polícia Federal e as polícias estaduais são medidas que se legitimam em face do modelo constitucional de federalismo cooperativo.
- C) a autoridade policial pode negar vista do inquérito policial ao indiciado ou ao seu defensor, em feito que tramita sob sigredo de justiça.
- D) é possível que a autoridade policial impeça o acesso aos autos do inquérito policial por um dos interessados, objetivando assegurar o direito à intimidade dos demais investigados.
- E) a liberdade de informação jornalística legitima a utilização de informações sigilosas, obtidas por meios ilícitos, sobre inquéritos policiais em andamento.

**27. (VUNESP/PC-SP/Delegado/2022) Nos termos do inciso II, do artigo 12-C, da Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca. À luz da Constituição da República, é correto afirmar que:**

- A) o ingresso no domicílio sem o consentimento do morador só pode ocorrer em caso de flagrante delito ou, durante o dia, mediante autorização judicial, razão pela qual o dispositivo enunciado, ao tratar de hipóteses de risco, é inconstitucional.



- B) a autorização legal para que delegados de polícia atuem para interromper o ciclo de violência doméstica não viola a prerrogativa constitucional do Judiciário de decretar medidas cautelares.
- C) o afastamento do suposto agressor pelo delegado de polícia, na hipótese legal descrita pelo enunciado, é inconstitucional por ofensa ao postulado normativo do devido processo legal.
- D) o dispositivo cria hipótese legal para que o delegado pratique atos de competência privativa do Poder Judiciário, com ofensa ao princípio da reserva de jurisdição e da inviolabilidade do domicílio.
- E) a Constituição permite a invasão do lar somente mediante prévia autorização judicial, em decorrência da garantia de inviolabilidade do domicílio.

**28. (FCC/DPE-CE /Defensor Público/2022) Um dispositivo constitucional preconiza que a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso. Entretanto, até o presente momento, não foi criada referida lei regulamentadora. Diante desta omissão, a Defensoria Pública tem legitimidade para ajuizar:**

- A) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou para a propositura de mandado de injunção coletivo, por falta de disposição legal expressa.
- B) mandado de injunção coletivo a fim de buscar suprir a omissão em relação a todos os necessitados, sem prejuízo da representação individual em mandados de injunção de cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- C) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou para a propositura de mandado de injunção coletiva neste caso, uma vez que, embora tenha disposição expressa de sua legitimidade, esta se limita aos direitos coletivos stricto sensu.
- D) tanto ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou como mandado de injunção coletivo a fim de buscar suprir a omissão em relação a todos os necessitados, sem prejuízo da representação individual em mandados de injunção de cada um dos interessados.
- E) mandados de injunção individuais para cada um dos interessados, mas a Defensoria não tem legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão e tampouco para a propositura de mandado de injunção coletivo, pois tal remédio constitucional somente admite a propositura pelo indivíduo diretamente interessado.

**29. (AOC/DF/Policial Penal/2022) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item subsequente.**

**Caio, criminoso habitual, durante o repouso noturno em sua residência, sentindo sintomas iniciais de um ataque cardíaco, grita por socorro. Jair, policial penal, que passava por ocasião em frente à casa de Caio no momento dos gritos, ingressa na residência, sem o seu consentimento, com a finalidade de prestar o socorro. Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o comportamento de Jair foi lícito, pois é permitido o ingresso em compartimento habitado, mesmo sem o consentimento do morador, independentemente do horário, para fins de socorro.**



**30. (AOCP/DF/Policial Penal/2022) Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item subsequente.**

Com fundamento no caráter laico do Estado, o Deputado Distrital José apresentou projeto de lei visando proibir a prestação de assistência religiosa nas unidades prisionais do Distrito Federal (DF). Nesse caso, o projeto de lei pode ser considerado como compatível com a Constituição Federal (CF), pois a laicidade do Estado veda a prestação de assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais.

**31. (FGV/SEFAZ-AM/Auditor de finanças e controle do tesouro estadual/2022) João, pessoa com deficiência, compareceu à Secretaria de Assistência Social do Município Alfa e solicitou o acesso ao seu cadastro. Ato contínuo, constatou que seus dados estavam incorretos, principalmente em relação à sua deficiência, o que o impedia de participar dos programas assistenciais existentes.**

Ao solicitar a retificação dos seus dados, foi surpreendido com a negativa do Diretor, sob o argumento escrito de que não estavam sendo apreciados requerimentos de pessoas não filiadas ao mesmo partido político do Prefeito Municipal. A decisão foi mantida, pelo próprio Prefeito, após a interposição do recurso hierárquico cabível.

Por entender que a decisão era manifestamente ilegal, havendo prova pré-constituída de sua existência, João consultou um(a) advogado(a) a respeito da ação constitucional passível de ser ajuizada.

**O(A) advogado(a) respondeu, corretamente, que a referida ação é:**

- A) o mandado de segurança ou o habeas data, conforme a livre escolha de João.
- B) o mandado de segurança.
- C) o direito de petição.
- D) o habeas data.
- E) a reclamação.

**32. (Inédita/2022) Sobre os direitos dos negros previstos na Constituição do Estado da Bahia, assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) a sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira.
- B) países que mantenham política oficial de discriminação racial não podem ser admitidos na participação, ainda que indireta, através de empresas neles sediadas, em qualquer processo licitatório da Administração Pública direta ou indireta.
- C) nas publicidades estaduais com mais de duas pessoas, ao menos uma deve ser de raça negra.
- D) não há previsão de inclusão nos cursos de formação e aperfeiçoamento de servidores de conteúdo referente à participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.
- E) o dia 20 de novembro é o Dia da Consciência Negra.

**33. (Inédita/2022) Sobre os direitos dos indígenas previstos na Constituição do Estado da Bahia, assinale a alternativa INCORRETA:**



- A) o Estado deve preservar os recursos naturais situados fora das terras indígenas cuja deterioração ou destruição possa prejudicar o ecossistema e a sobrevivências biológica, social e cultural dos índios.
- B) o Estado deve fornecer acesso à água em favor dos indígenas quando as suas terras forem escassas em recursos hídricos, acesso que será prestado sem ônus para os índios.
- C) será incluído no currículo das escolas públicas e privadas, de 1º e 2º graus, o estudo da cultura e história do Índio.
- D) Decreto estadual deverá criar, perante os poderes Legislativo e Executivo, canais permanentes de comunicação com as lideranças legítimas, livremente emanadas dos povos e das organizações indígenas.
- E) no caso de retirada de posseiros de terras indígenas, o Estado deve facilitar a relocação dos posseiros não-índios em terras devolutas.

**34. (NC-UFPR/PC-PR/Delegado/2021) Durante um acalorado debate motivado por questões políticas, X.X. afirmou, de dedo em riste, que Y.Y. era um “tremendo corrupto metido a santo, um baita de um hipócrita!”. Com base no exposto, é correto afirmar que X.X. cometeu o crime de:**

- A) injúria preconceituosa.
- B) injúria na forma simples.
- C) difamação.
- D) calúnia.
- E) injúria real.

## GABARITO

- |     |        |     |        |     |        |
|-----|--------|-----|--------|-----|--------|
| 1.  | E      | 13. | Certa  | 25. | B      |
| 2.  | C      | 14. | D      | 26. | B      |
| 3.  | E      | 15. | B      | 27. | B      |
| 4.  | B      | 16. | E      | 28. | B      |
| 5.  | Errada | 17. | C      | 29. | Certa  |
| 6.  | C      | 18. | B      | 30. | Errada |
| 7.  | A      | 19. | B      | 31. | D      |
| 8.  | D      | 20. | E      | 32. | D      |
| 9.  | B      | 21. | Errada | 33. | D      |
| 10. | D      | 22. | D      | 34. | B      |
| 11. | A      | 23. | D      |     |        |
| 12. | B      | 24. | E      |     |        |



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.